



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

TERÇA-FEIRA – 04 DE JULHO DE 2023 - ANO III – EDIÇÃO Nº 122

Edição eletrônica disponível no site www.pmmacaubas.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS PÚBLICA:

- **EDITAL DE LICITAÇÃO/ PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2023:** AQUISIÇÃO DE FORMA FUTURA E PARCELADA, DE MATERIAIS ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, MOTORES E BOMBEADORES ; EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS, LIMPEZA, REVESTIMENTO, TESTE DE VAZÃO EM POÇOS TUBULADORES; E SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REPARO DOS SISTEMAS DE FORNECIMENTOS DE ÁGUA ADJACENTES DO MUNICÍPIO.

**IMPrensa OFICIAL
UMA GESTÃO LEGAL
E TRANSPARENTE**

- Gestor(a): Aloísio Miguel Rebonato
- Praça Imaculada Conceição, Nº 1251 - Centro
- Tel: (77) 3473-1461

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 360/2023

**PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 042/2023
REGISTRO DE PREÇOS**

OBJETO: AQUISIÇÃO, DE FORMA FUTURA E PARCELADA, DE MATERIAIS ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, MOTORES E BOMBEADORES; EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS, LIMPEZA, REVESTIMENTO, TESTE DE VAZÃO EM POÇOS TUBULARES; E SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE CONJUNTOS DE MOTOBOMBAS SUBMERSAS VISANDO A INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARO DOS SISTEMAS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA ADJACENTES DO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2023

REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE MACAÚBAS** – Estado da Bahia, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, por determinação do Exmo. Sr. Aloisio Miguel Rebonato torna público, para conhecimento das empresas interessadas que será realizada licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo “**MENOR PREÇO**” por LOTE, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17/07/2002, Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, Decreto nº 10.024 de Setembro de 2019, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, no Decreto Municipal nº 0067/2018, de 21 de agosto de 2018, além das demais disposições legais aplicáveis, e pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos. O Pregão será realizado em sessão pública *on line* por meio de recursos de tecnologia da informação – *internet*, através do site www.licitacoes-e.com.br, (**nr. 1007121**) constante da página eletrônica do Banco do Brasil.

RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS:

Início de acolhimento das propostas: dia 14 / 07 /2023 , às 08 h.
Abertura das propostas: dia 18 / 07 /20/23 , às 08 h..
Início da disputa: dia 18 / 07 /2023 , às 09 h.

Modo De Disputa: Será adotada a disputa em modo o aberto, conforme os critérios definidos no art. 32 do Decreto n.º 10.024/2019.

Consultas: Observando o prazo legal, o fornecedor poderá formular consultas por e-mail, informando o número da licitação, por meio do endereço: pregoeiro.marco@gmail.com. Tel. nº 77. 9 8105-8098.

Referência de tempo: para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília - DF.

Cópia deste Edital e seus anexos estarão, a partir da data da publicação de seu resumo em Diário Oficial, à disposição para todos os interessados no site do Banco do Brasil (www.licitacoes-e.com.br), **bem como no Diário Oficial do Município por meio dos links:**

http://www.pmmacaubas.transparenciaoficialba.com.br/diariooficial_2022/index.php?pagina=editais
<https://macaubas.ba.gov.br/licitacoes/>

Outras informações sobre a licitação serão prestadas pelo Pregoeiro e equipe de apoio da Prefeitura de Municipal de Macaúbas, situado na Rua Dr Vital Soares, nº 268, 1º Andar, Centro – Macaúbas – Bahia, CEP 46.500-000.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços objetivando a **aquisição, de forma futura e parcelada, de materiais elétricos, hidráulicos, motores e bombas; eventual contratação de serviços de perfuração de poços, limpeza, revestimento, teste de vazão em poços tubulares; e serviço de manutenção de conjuntos de motobombas submersas visando a instalação, manutenção e reparo dos sistemas de fornecimento de água adjacentes do município de Macaúbas**, conforme especificações e quantitativos indicados no **Processo Administrativo nº 360 /2023** e nos anexos deste edital.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atendam a todas as exigências constantes neste Edital e seus anexos.

2.2. Estarão impedidos de participar da presente licitação:

2.2.1. Os interessados suspensos do direito de licitar com a Administração Municipal de Macaúbas, cujo conceito abrange a administração direta e indireta, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob o seu controle e as fundações por ela instituída ou mantida, no prazo e nas condições do impedimento;

2.2.2. Os interessados que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Municipal, Estadual ou Federal, o que abrange a administração direta e indireta, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob o seu controle e as fundações por ela instituída e mantida, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja reabilitado perante a autoridade que aplicou a penalidade;

2.2.3. Os interessados que estiverem em regime de falência, concordata, dissolução, liquidação ou concurso de credores;

2.2.4. Empresas em forma de consórcio.

2.2.5. Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

2.2.6. Estrangeiros que não estejam autorizados a comercializar no País;

2.2.7. Servidores de órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, inclusive Fundações instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público, por si ou por interposta pessoa, direta ou indiretamente, como licitante neste processo licitatório;

2.2.8. Empresa isoladamente responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5%(cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

3. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E EFETIVA PARTICIPAÇÃO

3.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtida junto às Agências do Banco do Brasil S.A. sediadas no País.

3.2. O credenciamento se dará por intermédio da atribuição de chave de identificação e/ou senha individual.

3.3. O credenciamento será pessoal e intransferível para acesso ao sistema. O usuário credenciado será responsável por todos os atos praticados nos limites de suas atribuições e competências.

3.4. O credenciamento implica em responsabilidade legal do usuário e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão.

3.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S.A., ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.7. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

3.8. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.9. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E FORMULAÇÃO DOS LANCES:

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital (Item 7 e subitens), proposta inicial com a descrição do objeto ofertado e o preço (item 05 e subitens), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.1.1. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.2. Na data e horário determinados no preâmbulo deste edital, as propostas serão abertas para disputa de lances. A sessão pública do pregão eletrônico será realizada conforme data e horário determinado igualmente no preâmbulo, momento em que ocorre a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar sua aceitabilidade.

4.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor através do sistema.

4.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

4.4. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real pelo sistema, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

4.5. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

4.5.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica no campo "mensagens", próprio do site **licitacoes-e** ou outro meio eletrônico, divulgando data e hora da reabertura da sessão.

4.5.2. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas através do sistema, ou de sua desconexão.

5. DA PROPOSTA INICIAL

5.1. A proposta de preços inicial deverá ser informada e anexada em campo específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (licitações-e), com observância as disposições do Termo de Referência, conforme modelo do Anexo III, sob pena de desclassificação.

5.1.1. Qualquer elemento que possa identificar a licitante antes da disputa de lances, importará na sua desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

5.1.2. A proposta inicial deve ser formulada contendo as informações e dados da empresa, devidamente assinada por seu representante legal, conforme especificações do Anexo III, contendo as seguintes informações e elementos:

a) Planilha contendo: marcas, preços unitários e totais expressos em moeda corrente nacional em algarismos e por extenso, já inclusos todos os tributos, fretes, seguros e quaisquer outras despesas inerentes ao objeto licitado.

I – Caso a proposta apresente mais de dois algarismos (centavos) serão considerados, tão somente, os dois primeiros.

II - No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão esses últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

b) Inclusão de todas as despesas que influam no valor final, tais como: despesas com custo, fretes, seguros, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais (ICMS e outros), e para-fiscais, obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;

c) Indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

d) Qualificação completa do representante da empresa que assinará o futuro contrato.

5.2. Juntamente com a proposta inicial deverá ser anexada :

5.2.1. Declarações conforme Modelo Anexo II :

a) Declaração do licitante de que está desimpedida de licitar e/ou contratar com a Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo, inclusive, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas.

a.1) acompanhada das certidões negativa de improbidade administrativa da empresa e de seus sócios, emitida no site do CNJ; certidão negativa de licitantes inidôneo da empresa e de seus sócios emitida no site do TCU; e Certidão negativa correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) emitida pelo portal transparência.

b) Declaração formal de que a empresa encontra-se habilitada para participar do certame.

- c) Declaração de aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo contratante.
- d) Declaração que concorda integralmente e sem qualquer restrição com as condições desta Licitação, expressas neste PREGÃO ELETRÔNICO, bem assim com as condições de contratação estabelecidas na minuta do Contrato anexa ao Edital.
- e) Declaração que manterá válida a Proposta pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua apresentação e abertura.
- f) Declaração de pleno conhecimento dos locais e das condições da realização do objeto deste edital e seus anexos.
- g) Declaração que na realização do objeto licitado (serviços/compras/fornecimento) observara rigorosamente as Normas Técnicas brasileiras, bem assim as recomendações e instruções da Fiscalização da Prefeitura Municipal de Macaúbas, assumindo, desde já, a integral e exclusiva responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos.
- h) Declaração que nos preços propostos estão incluídos todos os encargos, previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, embalagens, fretes, seguros, tarifas, descarga, transporte, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto desta licitação.
- i) Declaração que a Prefeitura não admitirá qualquer alegação posterior que vise o ressarcimento de custos não considerados nos preços, ressalvadas as hipóteses de criação ou majoração de encargos fiscais.
- l) Declaração que recebeu os documentos e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- m) Para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos. **Ressalva:** emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Poderão ser admitidos, pelo Pregoeiro, erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração, e que sua correção não acarrete majoração no preço ofertado.

5.6. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

5.7. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública

6. FORMULAÇÃO DE LANCES / JULGAMENTO

6.1. Neste **Pregão** o modo de disputa adotado é o aberto, conforme os critérios definidos no art. 32 do Decreto n.º 10.024/2019.

6.2. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente através do sistema eletrônico, sendo que os demais licitantes serão imediatamente informados do recebimento da proposta e do seu respectivo valor.

6.3. Para julgamento, será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.

6.3.1. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, para cada lote (QUANDO APLICÁVEL), observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.3.2. O intervalo (R\$) de diferença entre os lances deverá ser obedecido de acordo com planilha abaixo, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

LOTE	O intervalo (R\$) de diferença entre os lances
1 a 4 – PARTICIPAÇÃO AMPLA	R\$ 100,00
5 a 10 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME. e E.P.P.	R\$ 1,00

6.3.3. Não se aplica os intervalos disposto no item 6.3.2 para o caso de lance de desempate técnico previsto no art. 44 da Lei Federal nº123/2006.

6.4. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

6.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

6.6. Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

6.7. O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

6.8. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

6.9. A etapa de lances não permite registro de valores iguais, contudo no momento do registro da proposta inicial, esta situação pode ocorrer. Ao finalizar a etapa do tempo aleatório, caso não tenha ocorrido lances para o item e se verifique a existência de propostas com valores iguais, o desempate será processado pelo próprio sistema.

6.10. No momento seguinte, será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação às Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, previstas na LC 123/2006.

6.11. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.12. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

6.13. Após o fechamento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

6.13.1. Para fins de aceitação pelo Pregoeiro, **a proposta final não poderá ultrapassar o valor estimado pela Prefeitura de Macaúbas, inclusive no que tange aos valores unitários dos itens**, e os serviços/produtos/materiais ofertados deverão atender todas as condições do Edital e seus Anexos.

6.14. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

6.15. DA PROPOSTA VENCEDORA / PROPOSTA FINAL / PROPOSTA REFORMULADA

6.15.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública ou negociação com o pregoeiro, a licitante detentora da melhor oferta deverá formular, de imediato, a respectiva Proposta de Preços (Conforme Anexo III), contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, recomposta em função do valor vencedor e negociações (se for o caso), devendo ser anexada ao sistema no prazo máximo de 02h (duas horas), sob pena de decair do direito do licitante de ser declarado vencedor, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6.15.1.1. A proposta deve ser reformulada em papel timbrado, contendo as informações e dados da empresa, devidamente assinada por seu representante legal, conforme especificações do Anexo III, e com observância as seguintes disposições:

6.15.1.2. A proposta final deverá respeitar os limites de preços máximos estabelecidos para cada item contido nas planilhas do Anexo III, sob pena de desclassificação.

6.15.1.2. Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos/serviços/materiais que não correspondam às especificações contidas na planilha do ANEXO III deste Edital serão desconsideradas, com exceção daqueles que apresentarem qualidade superior, e atenda a finalidade a que se destinam, mediante aprovação por setor técnico do Município.

6.15.2. Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

a) Marcas dos produtos oferecido (apenas uma marca para cada item), preços unitários e totais / ou percentual de desconto ofertado (se for o caso), expressos em moeda corrente nacional em algarismos e por extenso, já inclusos todos os tributos, fretes, seguros e quaisquer outras despesas inerentes ao objeto licitado.

I – Caso a proposta apresente mais de dois algarismos (centavos) serão considerados, tão somente, os dois primeiros.

II - No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão esses últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

b) Inclusão de todas as despesas que influam no valor final, tais como: despesas com custo, fretes, seguros, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais (ICMS e outros), e para-fiscais, obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;

c) Indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

d) Qualificação completa do representante da empresa que assinará o futuro contrato.

6.15.3. Poderão ser admitidos, pelo Pregoeiro, erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração, e que sua correção não acarrete majoração no preço ofertado.

6.15.4. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

6.15.5. Caso a proposta da empresa arrematante seja desclassificada, será convocado o próximo licitante na ordem de classificação, sendo este notificado através de mensagem no sistema, para que encaminhe proposta de preço adequada ao último lance ou negociação, conforme Anexo III, por meio exclusivo do sistema de licitações-e, sob pena de desclassificação. Serão concedidos os mesmos prazos do item 6.15.1. para envio da proposta reformulada. Se o licitante não se manifestar dentro do prazo fixado, entender-se-á seu não interesse.

6.16. SERÃO REJEITADAS AS PROPOSTAS QUE:

6.16.1. Sejam incompletas, isto é, não contenham informações suficientes que permitam a perfeita identificação do objeto licitado.

6.16.2. Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do Pregoeiro, conforme artigo 48 da Lei 8.666/93.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Recomenda-se que os documentos relativos à habilitação devam ser apresentados de forma legível, numerados em ordem sequencial, conforme as seguintes disposições:

7.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

7.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

7.3.2. Prova de Regularidade de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Seguridade Social (INSS);

7.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual sede do licitante;

7.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do licitante;

7.3.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

7.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

7.4. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte participantes do certame deverão declarar sua condição conforme informações no presente edital.

7.4.1. Às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que apresentarem restrição na comprovação de regularidade fiscal será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventual Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa.

7.4.2. O prazo assegurado no subitem 7.4.1 terá como termo inicial o momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

7.4.2.1. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 7.4.1 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas previstas no artigo 81, da Lei Federal no 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata, ou revogar a licitação.

7.5. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.5.1. Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis.

7.5.2. Certidão simplificada atualizada da Junta Comercial,

7.5.3. Documentos de identificação dos sócios ou da diretoria em exercício.

7.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.6.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecidos por pessoa jurídica, de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante executado satisfatoriamente, e compatíveis com o objeto desta licitação. Atestado de capacidade técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

7.6.1.1. Os atestados deverão ser apresentados constando as seguintes informações da emitente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto e o período da contratação.

7.6.1.2. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.

7.6.3. Alvará de Localização e Funcionamento vigente;

7.7. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor judicial competente da sede do licitante.

a.1) No caso de sociedade civil não registrada na Junta Comercial, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Execução Patrimonial da sede ou domicílio da Licitante.

b). BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL (documentos essenciais - termo de abertura, termo de encerramento, balanço patrimonial e demonstrativo de resultado do exercício - DRE), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, NOS TERMOS DA ORIENTAÇÃO FIRMADA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ACÓRDÃO 1999/2014 - PLENÁRIO;

NÃO será exigido o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do Microempreendedor Individual, com fundamento no art. 68 da Lei Complementar nº 123 de 2006 que considera aquele pequeno empresário, em conjunto com o disposto no § 2º do art. 1.179 do Código Civil que dispensa a elaboração dos citados documentos.

b.1) A comprovação de que trata o inciso acima, poderá ser feita através de cópias de referências do livro diário (número do livro, termo de abertura e encerramento), inclusive cópias autenticadas das folhas onde constem o balanço patrimonial e demonstrativos contábeis extraídas deste Livro, com evidência e registro na Junta Comercial ou publicação na imprensa, de acordo com a personalidade jurídica da empresa licitante, devidamente assinados pelo seu titular ou representante legal e pelo contador.

b.2) Se necessária a atualização do Balanço e do capital social, deverá ser apresentado juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

b.3) As empresas com menos de um ano de exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, e devidamente registrado na Junta Comercial.

b.4) A boa situação financeira de que trata o item acima, será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral – ILG e Índice de Liquidez Corrente – ILC, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{ILG} = \text{ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,0$$

$$\text{ILC} = \text{ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,0$$

$$\text{IET} = \text{ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO TOTAL} = \frac{\text{Exigível total}}{\text{Ativo total}} \leq 1,0$$

b.5) As fórmulas em apreço deverão ser apresentadas em memorial de cálculos, devidamente assinadas pelo representante da empresa e pelo contador.

c) A empresa deverá comprovar que possui capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido de valor correspondente a no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimada da contratação, mediante apresentação da Certidão Simplificada do Estado ou Contrato Social e suas alterações se houver, tudo a se coadunar com o preconizado no art. 31, §2º e § 3º, da Lei 8.666/93 e o art. 37, XXI, da Constituição Federal.

7.8. Cumprimento do dispositivo Constitucional

7.8.1. Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal, empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da constituição Federal de 1998.

7.9. Os documentos apresentados deverão ser obrigatoriamente da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais.

7.10. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital e transcorrida a fase de análise da documentação, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

7.10.1. Caso a empresa arrematante não comprove sua habilitação, será convocado o próximo licitante na ordem de classificação, sendo este notificado através de mensagem no sistema, para que encaminhe proposta de preço adequada ao último lance ou negociação, conforme Anexo III, por meio exclusivo do sistema de licitações-e, sob pena de desclassificação. Serão concedidos os mesmos prazos do item 6.15.1. para entrega da proposta reformulada. Se o licitante não se manifestar dentro do prazo fixado, entender-se-á seu não interesse em fornecer.

7.11. Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

7.12. As certidões deverão ser apresentadas dentro do respectivo prazo de validade. Caso não conste prazo de validade no corpo da certidão, considerar-se-á o prazo de 60 (sessenta) dias da data de emissão.

7.13. Os documentos apresentados para habilitação são definitivos, não sendo admissível substituição ou posterior inclusão de documentos, com exceção do disposto no subitem 7.4.1.

7.14. O licitante vencedor que deixar de apresentar qualquer dos documentos exigidos ou apresentar documento com prazo expirado, será julgado inabilitado.

7.15. Se o licitante desatender as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade conforme a ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8. DO ENVIO DOS DOCUMENTOS ORIGINAIS

8.1. Após o comunicado do Pregoeiro, o licitante deverá encaminhar os ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS, VIA SEDEX ou outro meio que lhe for conveniente, no prazo máximo de 02 (dois) dias, sob pena de decair do direito do licitante de ser contratado, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.1.1. Os Documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

8.1.2. Também deverá ser enviada o original da proposta impressa assinada, com o último lance ofertado no certame, conforme disposições do item 6.15, respeitados os limites de preços máximos estabelecidos para cada item contido nas planilhas do Anexo III.

8.1.3. No prazo máximo de 02 (dois) dias úteis o licitante deverá comprovar a postagem dos documentos com o ENCAMINHAMENTO DO CÓDIGO RASTREADOR OU OUTRO DOCUMENTO COMPROBATÓRIO da sua postagem, para o email : pregoeiro.marco@gmail.com.

8.1.4. Os documentos deverão ser encaminhados aos cuidados do PREGOEIRO para o seguinte endereço:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
Rua Dr Vital Soares, nº 268, 1º Andar, Centro – Macaúbas – Bahia, CEP 46.500-000.
em atenção do Sr. Marco Antonio Lima de Medeiros

9. DO VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO

9.1. O valor máximo fixado para a presente licitação consta da planilha do Anexo III.

9.1.1. Para fins de aceitação pelo Pregoeiro, a **proposta final não poderá ultrapassar o valor estimado pela Prefeitura de Macaúbas, inclusive no que tange aos valores unitários dos itens.**

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

10.1. Impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 03 (três) dias úteis anteriores a data fixada para abertura da licitação, por meio do email indicado no preâmbulo deste edital.

10.1.1. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação, no prazo de 02 (dois) dias úteis.

10.1.2. Deferida a impugnação do ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

10.2. Ao final da sessão pública, após declarado o vencedor, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro deverá fazê-lo, manifestando sua intenção em campo próprio do sistema, com registro da síntese das suas razões imediatamente em até 20 minutos, sendo-lhe facultado juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias, devendo anexar ao sistema do licitacoes-e (mesmo local de anexação da proposta reformulada). Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente.

10.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recorrer e a adjudicação ao vencedor do certame.

10.4. Os recursos contra decisões do Pregoeiro referente à habilitação ou inabilitação do licitante e julgamento das propostas terão efeito suspensivo e deverão respeitar os ditames legais previstos no artigo 109, §2º, da Lei Federal nº. 8.666/93 e no artigo 4º, XVIII a XXI, da Lei Federal nº 10.520/02.

10.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6. Havendo recurso, o Pregoeiro apreciará os mesmos e, caso não reconsidere sua posição, caberá à autoridade máxima competente, a Prefeita Municipal, a decisão em grau final.

10.6.1. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento mediante publicação na imprensa oficial.

10.7. Não serão conhecidas as impugnações e recursos apresentados fora do prazo legal, subscrito por representante não habilitado legalmente, ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

10.8. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital.

11. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

11.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará e adjudicará o objeto ao vencedor, podendo revogar a licitação nos termos do artigo 49 da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (Anexo IV - Minuta)

12.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida para o endereço indicado no item 8.2.1, no prazo de 01 (um) dia, a contar da data do envio do email.

12.3. Como condição para o fornecimento, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação, prestar as informações solicitadas pela Prefeitura Municipal de Macaúbas, dentro dos prazos estipulados, bem como não transferir a outrem as obrigações decorrentes deste Edital.

12.3.1. Para celebração do contrato ou instrumento equivalente, o licitante deverá manter todas as condições de habilitação, reapresentando todas as certidões de regularidade exigidas por ocasião da licitação.

13. DA CONTRATAÇÃO

13.1. Terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida para o endereço indicado no item 8.2.1, no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data do envio do email.

13.3. Para celebração do contrato o licitante deverá manter todas as condições de habilitação, reapresentando todas as certidões de regularidade exigidas por ocasião da licitação.

13.4. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor, que tenham servido de base à Licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

14. DO PAGAMENTO

14.1. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente devendo o fornecedor informar o número do banco, da agência e conta bancária, ou através de banco credenciado, a critério da Administração.

14.2. O pagamento devido pelo Município será efetuado até 30 (trinta) dias após apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo setor requisitante, conforme minuta do contrato.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. Os recursos financeiros para pagamento da despesa decorrente do objeto do contrato ficarão por indicação do setor contábil, no momento da contratação.

16 - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

16.1. A empresa adjudicatária deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para fornecimento do objeto adjudicado, sujeitando-se as penalidades constantes nos artigos 86 e 88 da Lei 8.666/93 e suas alterações, dentre elas a suspensão do direito de licitar pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

16.1.2 Para os efeitos do art. 88 da Lei nº 8.666/93, fica estabelecida a multa cominatória de 2% (dois por cento) sob o valor global da proposta apresentada, a ser aplicada em caso de infringência de qualquer das cláusulas contratuais celebradas, no presente instrumento e/ou da proposta apresentada;

16.1.3 Pelo não fornecimento do objeto licitado após assinatura do contrato, multa de 2% (dois por cento) do valor do contrato, e nessa hipótese, poderá ainda o Município de Macaúbas revogar a licitação (ou rescindir o contrato) ou convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazer o fornecimento do objeto, nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

16.2. Multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso na entrega programada, incidente sobre o valor da quantidade que deveria ser entregue. A partir do 16º décimo sexto dia de atraso será considerado como inexecução parcial e a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia inexecução total do ajuste, incidindo sobre estas as multas estabelecidas nos subitens a seguir:

16.2.1. Multa de 2% (dois por cento) por inexecução parcial do ajuste, calculada sobre o valor da parcela inexecutada, inclusive por entregar o produto em desconformidade com o exigido no Edital e seus respectivos anexos.

16.2.1.1. Quando o tipo de embalagem e/ou rotulagem do produto estiver em desacordo com o solicitado, além da troca do produto pela licitante, que será aceita uma única vez, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data da intimação/notificação, sem qualquer ônus para o Município.

16.2.2. Multa de 5% (cinco por cento) por inexecução total do ajuste, calculada sobre o valor do contrato ou Ordem de Fornecimento respectiva.

16.3. Multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do produto entregue, que será aplicada após regular processo, nos seguintes casos:

16.3.1. Quando na análise sensorial, o produto apresentar características alteradas e/ou quando na re-análise técnica, o produto apresentar distorções em relação ao estabelecido na ficha técnica, além da troca do produto pela licitante, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da notificação/intimação, sem qualquer ônus para o Município.

16.3.2. Quando apurado por laudo, o produto apresentar alguma diferença em suas características físico-químicas, além da troca da mercadoria pela licitante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data da intimação/notificação, sem qualquer ônus para o Município.

16.3.3. Quando apurado por laudo, a análise microscópica e/ou toxicológica do produto comprovar a presença de sujidades, parasitas e larvas ou substâncias estranhas à sua composição, além da troca da mercadoria, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data da notificação/intimação, sem qualquer ônus para o Município,

16.3.4. Quando apurado por laudo, a análise microbiológica e/ou toxicológica do produto comprovar a presença de substâncias nocivas à saúde, contaminação e/ou deterioração, sem prejuízo da apuração da responsabilidade civil e criminal, perante os Órgãos de Defesa do Consumidor.

16.3.5. Nesta hipótese, o produto será posto à disposição do Órgão de Fiscalização Federal, Estadual ou Municipal competente, para que o mesmo disponha sobre sua retirada e destinação, devendo a licitante providenciar a sua substituição, responsabilizando-se por todas as despesas relativas ao transporte e armazenamento do produto.

16.4. Nos casos acima descritos, se a licitante efetuar a troca do produto, sem nele perdurar as irregularidades anteriormente constatadas, pode a Administração, mediante justificativa expressa, dispensar a aplicação das referidas penalidades.

16.5. Se a infração cometida caracterizar-se de má-fé ou causar prejuízos ao abastecimento efetuado pela Prefeitura Municipal de Macaúbas, poderá esta impor àquela a pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Poder Público ou propor à autoridade competente, a declaração de inidoneidade, pelo período de até 02 (dois) anos.

16.6. No caso de troca do produto na forma estabelecida nos subitens anteriores, a licitante assumirá a responsabilidade pelos custos de armazenagem, que incluem: transporte, carga, descarga, estocagem e movimentação, relativos ao período em exame, que deverão ser pagos pela licitante através da Guia de Arrecadação própria, emitida pela Prefeitura Municipal de Macaúbas. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada até que seja atestado o novo recebimento do produto.

16.7. As multas são independentes entre si e a aplicação de uma não exclui a das outras, sendo descontadas do respectivo pagamento, através da retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos valores apurados.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. O proponente vencedor será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução da obrigação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

17.2. As normas disciplinadoras deste Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

17.3. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

17.4. Caso o pregoeiro solicite documentação complementar para fins de esclarecimento ou correção de erros de soma das planilhas, deverá ser atendido no prazo máximo de 01 (uma) hora, a contar do envio da mensagem no sistema.

17.5. A Administração reserva-se o direito de transferir o prazo para o recebimento e abertura das propostas descabendo, em tais casos, direito à indenização pelos licitantes.

17.6. A participação na presente licitação implica em concordância tácita, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e das cláusulas contratuais já estabelecidas.


17.7. A autoridade competente, para determinar a contratação, poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

17.8. Fica eleito o Foro da Comarca de Macaúbas - BA, excluindo qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar, para dirimirem-se eventuais litígios oriundos do presente Edital.

18. ANEXOS DESTA EDITAL:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Modelo de Declaração Unificada;
- Anexo III – Modelo Carta de Apresentação da Proposta + Planilhas Orçamentárias;
- Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- Anexo V – Minuta do Contrato;
- Anexo VI – Modelo de Procuração;

Macaúbas, 29 de Junho de 2023.


Uirlei de Oliveira Borges
Secretario Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Decreto Municipal nº 07/2021

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 032/2023

1. DO OBJETO:

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto descrever a demanda para à **aquisição, de forma futura e parcelada, de materiais elétricos, hidráulicos, motores e bombadores; eventual contratação de serviços de perfuração de poços, limpeza, revestimento, teste de vazão em poços tubulares; e serviço de manutenção de conjuntos de motobombas submersas visando a instalação, manutenção e reparo dos sistemas de fornecimento de água adjacentes do município de Macaúbas, conforme especificações e quantitativos detalhados neste documento.**

2. DA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇO:

2.1. Quanto à adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP, deve-se lembrar que tal procedimento é cabível nas hipóteses indicadas no art. 3º do Decreto nº 7.892, de 2013:

“I - Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa (não se confundindo entrega parcelada dos produtos com entrega de parcelas do produto, nos termos do entendimento firmado no Acórdão TCU nº 125/2016 - Plenário);

III - Quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração (podendo a incerteza da demanda ser relacionada com a sua ocorrência ou com a quantidade de bens, conforme Acórdão TCU nº 2.197/2015-Plenário).”

2.2. Em vista da natureza do objeto, da dificuldade de previsão da quantidade que será demandada, da vantagem de não comprometer o orçamento com o contrato imediato do quantitativo total estimado e da possibilidade de contratação/execução do objeto pelo prazo de até 12 (doze) meses a contar da data da futura ata de registro de preço, extrapolando o exercício financeiro de 2023, recomenda-se a adoção de processo de contratação por meio do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO.

2.3. Adotou-se, assim, o Sistema de Registro de Preço - SRP, considerando a hipótese prevista no inciso IV do artigo 3º do Decreto 7.892/2013, bem como algumas vantagens decorrentes deste procedimento licitatório, como: efetivar a contratação, somente quando houver necessidade, ficando a manutenção do estoque a cargo do fornecedor, que deve estar preparado para realizar as entregas; evita o fracionamento da despesa, pois os órgãos participantes realizam um planejamento para o período de vigência determinado; proporciona a redução de número de licitações; as aquisições/contratações ficarão mais ágeis, pois a licitação já está realizada, as condições de fornecimento estarão ajustadas e os preços e respectivos fornecedores já estarão definidos; economia de escala que é obtida em razão do grande quantitativo licitado; maior transparência dos procedimentos adotados, pois são monitorados por todos os agentes envolvidos.

3. DA CLASSIFICAÇÃO POR LOTE:

- 3.1. Considerando as características do objeto a ser licitado, os itens foram agrupados em lotes, a fim de buscar economia de escala e facilidade na gestão do contrato e nas entregas, visto que os itens que compõe o mesmo lote são semelhantes e fornecidos em sua integralidade pelas empresas do ramo comercial (inexistindo limitação de competitividade). Desta forma, a Administração busca atrair mais interessados em participar, tendo em vista, que os itens de forma isolada podem não atrair interessados face aos valores individuais serem ínfimos.
- 3.2. Os bens serão licitados por itens e grupos. A regra geral é que as licitações sejam realizadas com critério de julgamento por item, a fim de preservar a competitividade e fomentar a livre iniciativa, previstos, respectivamente, no art. 3º da Lei nº 8.666/93 e art. 1º, IV da Constituição Federal. Nessa esteira, a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União - TCU determina que:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

- 3.3. O próprio TCU disponibiliza em seu sítio eletrônico uma página dedicada a orientações para as aquisições públicas, denominada “Riscos e Controles nas Aquisições” (<https://www.tcu.gov.br/arquivosrca/>). Especificamente no tópico Justificativas para o parcelamento ou não da solução”, o TCU aponta o seguinte risco:

“Não parcelar solução cujo parcelamento é viável, levando a diminuição da competição nas licitações por não permitir que empresas especializadas participem da licitação, com conseqüente aumento dos valores contratados”. E recomenda, para este caso, que “A equipe de planejamento da contratação deve avaliar se a solução é divisível ou não, levando em conta o mercado que a fornece e atentando que a solução deve ser parcelada quando a resposta a todas as 4 perguntas a seguir forem positivas: 1) É tecnicamente viável dividir a solução?; 2) É economicamente viável dividir a solução?; 3) Não há perda de escala ao dividir a solução?; 4) Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?”.

- 3.4. Ainda no mesmo tópico, em sentido diferente, aquela Corte de Contas prevê o risco de “Parcelar solução cujo parcelamento é inviável, levando a contratações por inexigibilidade ou a licitações com poucos fornecedores, com conseqüente aumento dos valores contratados em comparação à compra conjunta da solução”, devendo a equipe de planejamento da contratação avaliar o parcelamento ou não do objeto de modo a evitar o risco supracitado.

- 3.5. Para o presente processo, verifica-se, em resposta às questões sobre o risco do não parcelamento, que é possível dividir a solução. Também não se pode asseverar que haverá perda de escala com a divisão. Cabe, entretanto, ponderar que a divisão da solução ou antes a aquisição por itens em vez de lotes se mostra economicamente menos atrativa ao mercado fornecedor, redundando em menor competitividade, o que não responde positivamente a duas das quatro questões sobre o parcelamento da solução.

- 3.6. Outro fator a considerar é o pós licitação. Não são raros os casos de a Administração, licitado o item e assinada a ata de registro de preços, solicitar a entrega de materiais em volume e valores que tornam o fornecimento economicamente prejudicial ou inviável à contratada, ocasionando atrasos na entrega e mesmo a recusa em entregar, o que pode ser verificado mediante diversos pedidos de liberação de fornecimento e mesmo por meio da instauração de processos sancionadores, que acabam por aumentar, sobremaneira, o custo

administrativo vinculado à aquisição dos bens. Nesse sentido, o agrupamento possibilita a redução dos custos logísticos, resultando na redução do não atendimento da necessidade da Administração e dos custos administrativos adicionais com a adoção das medidas sancionatórias.

3.7. Ressalta-se que a formação dos grupos se baseou na junção de itens intrinsecamente relacionados, ou seja, que são fornecidos por empresas de mesmo ramo de negócios, o que irá manter a competitividade no certame e não prejudicará os potenciais interessados em participar da licitação.

3.8. O fracionamento em itens é a regra geral das contratações públicas sempre que assim for tecnicamente viável, a fim de se aumentar a competitividade pela ampla participação de licitantes. Todavia, no presente caso, identifica-se a existência de itens de características semelhantes, em geral fornecidos por empresas do mesmo ramo de atividades. *O agrupamento desses itens em lotes poderá ser mais atrativo por gerarem maior valor de contratação futura; possibilitar maior economia de escala com a redução de preços por parte das licitantes em razão de maior volume de negócios; poderá ainda diminuir as chances de desinteresse dos licitantes por itens não tão atrativos por conta de baixo valor. A diminuição do número de atas (fornecedores), reduz também as possibilidades de entregas realizadas de forma assíncrona, o que prejudicaria o andamento das ações necessária.*

3.9. Por fim, verifica-se que as justificativas aqui apresentadas, demonstram satisfatoriamente as motivações para o agrupamento dos itens, quais sejam: a) compatibilidade técnica dos itens agrupados; b) ampliação do número de interessados na licitação; c) aquisição mais vantajosa pelo menor preço; e d) redução de problemas advindos na fase de contratação (entregas frustradas, instauração de processos sancionadores etc.).

4. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

4.1. A presente contratação faz-se necessária, visto que o período de estiagem ao longo dos anos tem provocado uma significativa diminuição do volume de água nos poços tubulares, com notório prejuízo no abastecimento de diversas localidades, sendo que vários poços que atendem a essas comunidades não estão conseguindo suprir a demanda devido a expansão das comunidades e o número de moradores ter aumentado consideravelmente. Tratar-se de serviços e equipamentos essenciais à manutenção e garantia do abastecimento público de água potável em localidades rurais que não são providos dos serviços do SAAE, responsável pelo abastecimento de água no município de Macaúbas.

4.2. A contratação visa ainda, a melhoria contínua e a qualidade dos serviços, tornando-se imprescindível e necessária a aquisição de produtos de cunho elétricos e hidráulicos específicos para manutenção dos sistemas de água e instalação de novas fontes de abastecimento que venham a ser disponibilizada para abastecimento humano e animal nas diversas áreas. Contribui ainda, o desenvolvimento e crescimento populacional que vem ocorrendo nos últimos anos o atual sistema de abastecimento de água não está sendo suficiente para atender a demanda dos munícipes. Para atender esta demanda cada vez mais crescente, se faz necessária ampliação no sistema de captação e distribuição de água nas localidades rurais. Para solucionar o problema se faz necessário à implantação de novos poços tubulares para atender a demanda cada vez mais crescente.

4.3. Diante do fato de o sistema de captação e distribuição de água nesses localidades serem realizados através de bombas submersas de poços tubulares e/ou motores-bombas, sendo que os equipamentos que realizam tais serviços podem apresentar defeitos a qualquer momento, sem que haja outros meios de abastecimento de água; a contratação visa aquisição de peças para reposição e manutenção em bombas que compõem o sistema de abastecimento de água das comunidades rurais e locais urbanos que possuem bombas submersas e ou motores-bombas.

4.4. Considerando que foram efetuadas todas as tentativas para manter o fornecimento de água potável aos moradores sem o sucesso desejado, a perfuração de novos poços e a correta manutenção dos existentes, visto que alguns dos poços não conseguem suprir a vazão necessária para atender as comunidades rurais; considerando que diversas famílias estão sendo abastecidas precariamente, onde são encaminhados caminhões pipa e intercalando com abastecimento de água com poços tubulares dos arredores, que não conseguem manter a vazão para a satisfação das demandas das comunidades, faz-se necessário abertura do processo, a fim de sanar os problemas existentes e os que vierem a surgir durante a validade deste processo.

4.5. Deste modo, tratar-se de serviços e equipamentos essenciais à manutenção e garantia do abastecimento público de água potável à população das Comunidades Rurais do Município de Macaúbas, uma vez que estamos passando por um período de escassez de chuva, diminuindo muito a vazão de água nos poços tubulares que existem hoje nas localidades. Sendo assim, os poços existentes já não conseguem mais suprir a necessidade da população residente. Diante da responsabilidade do município em garantir o fornecimento de água aos cidadãos, os serviços desta contratação são de extrema importância na Gestão Pública das Comunidades Rurais.

5. DOS LOTES, DAS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS, QUANTIDADES ESTIMADAS E PREÇO DE REFERÊNCIA:

LOTE 01 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRAULICO							
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	ADAPTADOR 50MM	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL, AUTO AJUSTÁVEL, COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, 50MM X 1.1/2", PARA CAIXA D'AGUA.	05	UNID		24,63	123,15
02	ADAPTADOR 75MM	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL, AUTO AJUSTÁVEL, COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, 75MM X 2.1/2", PARA CAIXA D'AGUA.	03	UNID		191,98	575,94
03	ADAPTADOR CURTO 110MM	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL, CURTO COM BOLSA E ROSCA, 110MM X 4".	05	UNID		40,00	200,00
04	ADAPTADOR 50X1.1/2	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL, 50MM X 1.1/2".	10	UNID		9,26	92,60
05	ADAPTADOR 50X2	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL, 50MM X 2".	10	UNID		7,76	77,60
06	ADAPTADOR 50X3	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL, 75MM X 3".	05	UNID		12,71	63,55
07	CURVA PVC 25	CURVA 90° PVC SOLDAVEL 25MM.	15	UNID		4,62	69,30
08	CURVA PVC 32	CURVA 90° PVC SOLDAVEL 32MM	30	UNID		9,16	274,80
09	CURVA PVC 50	CURVA 90° PVC SOLDAVEL 50MM.	40	UNID		19,66	786,40
10	CURVA PVC 100	CURVA 90° PVC SOLDÁVEL 100MM.	20	UNID		50,25	1.005,00
11	REGISTRO PVC 20	REGISTRO ESFERA PVC SOLDAVEL 20MM.	05	UNID		11,19	55,95
12	REGISTRO PVC 25	REGISTRO ESFERA PVC SOLDAVEL 25MM.	05	UNID		13,58	67,90
13	REGISTRO PVC 32	REGISTRO ESFERA PVC SOLDAVEL 32MM.	05	UNID		23,63	118,15
14	REGISTRO PVC 50	REGISTRO ESFERA PVC SOLDAVEL 50MM.	05	UNID		32,47	162,35
15	TÊ 20	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL DE 20MM.	10	UNID		2,83	28,30
16	TÊ 25	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL DE 25MM.	10	UNID		2,80	28,00
17	TÊ 32	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL DE 32MM.	20	UNID		5,95	119,00
18	TÊ 50	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL DE 50MM.	10	UNID		13,34	133,40
19	VALVULA RETENÇÃO 50	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL PVC SOLDÁVEL 50MM.	05	UNID		127,85	639,25
20	VALVULA RETENÇÃO 75	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL PVC SOLDÁVEL 75MM	05	UNID		209,04	1.045,20
21	TUBO ROSCÁVEL 1	TUBO PVC ROSCÁVEL, BRANCO, VARA 6M, BITOLA 1"	100	BARRA		77,44	7.744,00
22	TUBO ROSCÁVEL 1.1/4	TUBO PVC ROSCÁVEL, BRANCO, VARA 6M, BITOLA 1.1/4"	120	BARRA		106,66	12.799,20
23	TUBO ROSCÁVEL 1.1/2	TUBO PVC ROSCÁVEL, BRANCO, VARA 6M, BITOLA 1.1/2"	100	BARRA		122,99	12.299,00
24	TUBO ROSCÁVEL 2	TUBO PVC ROSCÁVEL, BRANCO, VARA 6M, BITOLA 2"	50	BARRA		170,30	8.515,00
25	TUBO PN80 DN20	TUBO PVC AGROPECUÁRIO PN80 20, VARA 6M.	200	BARRA		16,07	3.214,00

26	TUBO PN80 DN25	TUBO PVC AGROPECUÁRIO PN80 25, VARA 6M.	100	BARRA		24,30	2.430,00
27	TUBO PN80 DN32	TUBO PVC AGROPECUÁRIO PN80 32, VARA 6M.	500	BARRA		30,72	15.360,00
28	TUBO PN40 DN50	TUBO PVC IRRIGAÇÃO SOLDÁVEL PN40 50MM, VARA 6M.	300	BARRA		38,82	11.646,00
29	TUBO PN40 DN75	TUBO PVC IRRIGAÇÃO SOLDÁVEL PN40 75MM, VARA 6M.	300	BARRA		66,66	19.998,00
30	TUBO PN80 DN50	TUBO PVC IRRIGAÇÃO SOLDÁVEL PN80 50MM, VARA 6M.	300	BARRA		56,30	16.890,00
31	TUBO PN80 DN75	TUBO PVC IRRIGAÇÃO SOLDÁVEL PN80 75MM, VARA 6M.	300	BARRA		107,20	32.160,00
32	TUBO PN125 DN50	TUBO PVC IRRIGAÇÃO SOLDÁVEL PN125 50MM, VARA 6M.	100	BARRA		75,00	7.500,00
33	FITA VEDA ROSCA	FITA VEDA ROSCA, MATERIAL TEFLON; COMPRIMENTO 25M, LARGURA 18MM, RESISTÊNCIA TEMPERATURA - 200 A 260 °C, NORMAS TÉCNICAS ABNT, MIL SPEC T-27730-A.	50	UNID		10,74	537,00
34	BUCHA GALVANIZADA 1.1/2X1	BUCHA DE REDUÇÃO GALVANIZADA 1.1/2" X 1"	05	UNID		22,53	112,65
35	BUCHA GALVANIZADA 1.1/2X1.1/4	BUCHA DE REDUÇÃO GALVANIZADA 1.1/2" X 1.1/4"	05	UNID		22,02	110,10
36	BUCHA GALVANIZADA 2.1/2X1.1/4	BUCHA DE REDUÇÃO GALVANIZADA 2.1/2" X 1.1/4".	05	UNID		43,50	217,50
37	BUCHA GALVANIZADA 2X1	BUCHA DE REDUÇÃO GALVANIZADA 2" X 1".	05	UNID		43,37	216,85
38	BUCHA GALVANIZADA 3X1.1/2	BUCHA DE REDUÇÃO GALVANIZADA 3" X 1.1/2"	05	UNID		70,23	351,15
39	CURVA GALVANIZADA 1	CURVA 90° GALVANIZADA 1".	05	UNID		48,33	241,65
40	CURVA GALVANIZADA 1.1/4	CURVA 90° GALVANIZADA 1.1/4".	05	UNID		69,94	349,70
41	CURVA GALVANIZADA 1.1/2	CURVA 90° GALVANIZADA 1.1/2".	05	UNID		85,18	425,90
42	CURVA GALVANIZADA 2	CURVA 90° GALVANIZADA 2".	02	UNID		138,17	276,34
43	LUVA GALVANIZADA 1	LUVA GALVANIZADA 1".	50	UNID		16,13	806,50
44	LUVA GALVANIZADA 1.1/4	LUVA GALVANIZADA 1.1/4".	50	UNID		19,47	973,50
45	LUVA GALVANIZADA 1.1/2	LUVA GALVANIZADA 1.1/2".	50	UNID		26,35	1.317,50
46	LUVA GALVANIZADA 2	LUVA GALVANIZADA 2".	20	UNID		42,22	844,40
47	NIPLE GALVANIZADO 1	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1".	10	UNID		11,85	118,50
48	NIPLE GALVANIZADO 1.1/4	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1.1/4".	10	UNID		22,05	220,50

49	NIPLE GALVANIZADO 1.1/2	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 1.1/2".	10	UNID		28,26	282,60	
50	NIPLE GALVANIZADO 2	NIPLE DUPLO GALVANIZADO 2".	05	UNID		46,50	232,50	
51	UNIÃO GALVANIZADA 1	UNIÃO GALVANIZADA ASSENTO CÔNICO DE BRONZE 1".	05	UNID		59,41	297,05	
52	UNIÃO GALVANIZADA 1.1/4	UNIÃO GALVANIZADA ASSENTO CÔNICO DE BRONZE 1.1/4".	05	UNID		98,89	494,45	
53	UNIÃO GALVANIZADA 1.1/2	UNIÃO GALVANIZADA ASSENTO CÔNICO DE BRONZE 1.1/2".	05	UNID		99,52	497,60	
54	UNIÃO GALVANIZADA 2	UNIÃO GALVANIZADA ASSENTO CÔNICO DE BRONZE 2".	05	UNID		140,31	701,55	
VALOR TOTAL DO LOTE R\$								165.846,53

LOTE 02 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO							
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	CABO ELÉTRICO 2 X 10	CABO ELÉTRICO MULTIPLEXADO, DUPLEX CONDUTOR ALUMÍNIO, SESSÃO NOMINAL 10MM ²	1.000	M		4,10	4.100,00
02	CABO ELÉTRICO 2 X 16	CABO ELÉTRICO MULTIPLEXADO, DUPLEX CONDUTOR ALUMÍNIO, SESSÃO NOMINAL 16MM ²	1.000	M		6,77	6.770,00
03	CABO ELÉTRICO 3 X 16	CABO ELÉTRICO MULTIPLEXADO, TRIPLEX CONDUTOR ALUMÍNIO, SESSÃO NOMINAL 16MM ²	1.600	M		10,38	16.608,00
04	CABO ELÉTRICO 3 X 2,5	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL PP 500V, 3 X 2,5mm	400	M		11,74	4.696,00
05	CABO ELÉTRICO 3 X 4,0	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL PP 750V, 3 X 4,0mm ²	200	M		17,04	3.408,00
06	CABO ELÉTRICO 3 X 6,0	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL PP 500V, 3 X 6,0mm ²	100	M		25,19	2.519,00
07	FIO HIDROMAX 0,80	FIO HIDROMAX 0,80MM	200	M		1,69	338,00
08	FIO HIDROMAX 0,90	FIO HIDROMAX 0,90MM	400	M		1,94	776,00
09	FIO HIDROMAX 1,00	FIO HIDROMAX 1,0MM	150	M		2,66	399,00
10	CHAVE PARTIDA 2CV	CHAVE PARTIDA DIRETA EM CAIXA TERMOPLÁSTICA 220V 2CV MONOFASICA	5	UNID		302,23	1.511,15
11	CHAVE PARTIDA 3CV	CHAVE PARTIDA DIRETA EM CAIXA TERMOPLÁSTICA 220V 3CV MONOFASICA	5	UNID		380,33	1.901,65
12	CHAVE PARTIDA 5CV	CHAVE PARTIDA DIRETA EM CAIXA TERMOPLÁSTICA 5CV 220V MONOFASICA	5	UNID		532,67	2.663,35
13	CHAVE PARTIDA 4CV	CHAVE DE PARTIDA DIRETA EM CAIXA TERMOPLÁSTICA E METÁLICA PDWB02 4CV 380V TRIFÁSICA	5	UNID		282,93	1.414,65
14	CHAVE PARTIDA 5CV	CHAVE PARTIDA DIRETA EM CAIXA TERMOPLÁSTICA 5CV 380V	2	UNID		347,89	695,78

15	CHAVE PARTIDA 7,5CV	CHAVE PARTIDA DIRETA EM CAIXA TERMOPLÁSTICA 7,5CV 380V	2	UNID		309,05	618,10
16	CHAVE PARTIDA 10CV	CHAVE PARTIDA DIRETA EM CAIXA TERMOPLÁSTICA 10CV 380V	5	UNID		410,60	2.053,00
17	CHAVE PARTIDA 12,5CV	CHAVE PARTIDA DIRETA EM CAIXA TERMOPLÁSTICA 12,5CV 380V	5	UNID		609,78	3.048,90
18	CHAVE PARTIDA 15CV	CHAVE PARTIDA DIRETA EM CAIXA TERMOPLÁSTICA 15CV 380V	5	UNID		550,05	2.750,25
19	CHAVE 25A	CHAVE CONTACTORA 25 AMP 220V	10	UNID		169,96	1.699,60
20	CHAVE 32A	CHAVE CONTACTORA 32 AMP 220V	15	UNID		221,88	3.328,20
21	CHAVE 65A	CHAVE CONTACTORA 65 AMP 220V	15	UNID		433,47	6.502,05
22	CHAVE 80A	CHAVE CONTACTORA 80 AMP 220V	10	UNID		662,65	6.626,50
23	QUADRO 0,75CV	QUADRO COMANDO BOX 0,75CV MONOFÁSICO 220V; COMPOSTO POR ARMÁRIO TERMOPLÁSTICO, RELE DE SOBRECARGA, INTERRUPTOR E CAPACITOR PERMANENTE.	80	UNID		153,44	12.275,20
24	QUADRO 1,0CV	QUADRO COMANDO BOX 1,0CV MONOFÁSICO 220V; COMPOSTO POR ARMÁRIO TERMOPLÁSTICO, RELE DE SOBRECARGA, INTERRUPTOR E CAPACITOR PERMANENTE.	100	UNID		163,57	16.357,00
25	QUADRO 2,5CV	QUADRO COMANDO BOX 2,5CV MONOFÁSICO 220V; COMPOSTO POR ARMÁRIO TERMOPLÁSTICO, RELE DE SOBRECARGA, INTERRUPTOR E CAPACITOR PERMANENTE.	100	UNID		198,65	19.865,00
26	QUADRO 3,0CV	QUADRO COMANDO BOX 3,0CV MONOFÁSICO 220V; COMPOSTO POR ARMÁRIO TERMOPLÁSTICO, RELE DE SOBRECARGA, INTERRUPTOR E CAPACITOR PERMANENTE.	60	UNID		343,84	20.630,40
27	CAPACITOR 270-324	CAPACITOR ELETROLÍTICO 270-324 220V; PARA PARTIDA DE MOTORES ELÉTRICOS MONOFÁSICO E TRIFÁSICO.	20	UNID		83,00	1.660,00
28	CAPACITOR 380	CAPACITOR PERMANENTE 380V 60 HZ, TENSÃO NOMINAL A.	15	UNID		63,01	945,15
29	CAPACITOR 25	CAPACITOR PERMANENTE 25UF	200	UNID		47,40	9.480,00
30	CAPACITOR 30	CAPACITOR PERMANENTE 30UF	200	UNID		52,21	10.442,00
31	CAPACITOR 60	CAPACITOR PERMANENTE 60UF	200	UNID		74,21	14.842,00
32	DISJUNTOR MONO 25	DISJUNTOR MONOFÁSICO 25 AMP	10	UNID		32,40	324,00
33	DISJUNTOR MONO 32	DISJUNTOR MONOFÁSICO 32 AMP	10	UNID		34,79	347,90
34	DISJUNTOR MONO 40	DISJUNTOR MONOFÁSICO 40 AMP	10	UNID		35,28	352,80
35	DISJUNTOR MONO 63	DISJUNTOR MONOFÁSICO 63 AMP	10	UNID		28,41	284,10
36	DISJUNTOR BIPOLAR 16	DISJUNTOR BIPOLAR 16 AMP	10	UNID		31,89	318,90
37	DISJUNTOR BIPOLAR 25	DISJUNTOR BIPOLAR 25 AMP	10	UNID		33,12	331,20

38	DISJUNTOR BIPOLAR 32	DISJUNTOR BIPOLAR 32 AMP	10	UNID		35,14	351,40
39	DISJUNTOR BIPOLAR 40	DISJUNTOR BIPOLAR 40 AMP	10	UNID		52,99	529,90
40	DISJUNTOR TRIPOLAR 40	DISJUNTOR TRIPOLAR 40 AMP	10	UNID		51,51	515,10
41	DISJUNTOR TRIPOLAR 60	DISJUNTOR TRIPOLAR 60 AMP	10	UNID		63,20	632,00
42	DISJUNTOR TRIPOLAR 100	DISJUNTOR TRIPOLAR 100 AMP	10	UNID		125,81	1.258,10
43	RELÊ NIVEL 220	RELÊ DE NIVEL 220V	10	UNID		148,65	1.486,50
44	RELÊ NIVEL 380	RELÊ DE NIVEL 380V	10	UNID		155,33	1.553,30
45	RELÊ NIVEL 440	RELÊ DE NIVEL 440V	10	UNID		190,65	1.906,50
46	RELÊ TEMPO 220	RELÊ DE TEMPO 220V, FAIXA DE AJUSTE 5 S	10	UNID		179,45	1.794,50
47	RELÊ TEMPO 440	RELÊ DE TEMPO 5 S 440V	10	UNID		169,70	1.697,00
48	RELÊ FALTA FASE	RELÊ FALTA DE FASES, TRIFASICO, 220/240V	10	UNID		181,56	1.815,60
49	RELÊ TERMICO 17-25	RELÊ TERMICO 17-25A	10	UNID		93,25	932,50
50	RELÊ TERMICO 37-50	RELÊ TERMICO 37-50A	8	UNID		322,10	2.576,80
51	RELÊ TERMICO 55-70	RELÊ TERMICO 55-70A	8	UNID		455,43	3.643,44
52	RELÊ FOTOELÉTRICO	RELÊ FOTOELÉTRICO RF 10A/240V	5	UNID		43,30	216,50
53	RELÊ TPC	RELÊ TIPO TPC	200	UNID		52,74	10.548,00
54	TERMINAL	TERMINAL FEMEA LATÃO FIO 1.0-2,5MM SERIE 6,3	800	UNID		0,41	328,00
55	BLOCO TEMPORIZADOR	BLOCO TEMPORIZADOR ELETRÔNICO 220V 60HZ	10	UNID		164,27	1.642,70
56	VOLTIMETRO	VOLTIMETRO 0/500V	20	UNID		101,30	2.026,00
57	FITA ISOLANTE	FITA ISOLANTE ELETRICA, 20M	200	UNID		17,30	3.460,00
58	FITA AUTOFUSÃO	FITA ISOLANTE ELETRICA, AUTOFUSÃO 10M	100	UNID		21,64	2.164,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							223.960,67

LOTE 03 - AQUISIÇÃO DE MOTORES E BOMBAS ELETRICAS							
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	BOMBEADOR 0,5CV	BOMBEADOR SUBMERSO 0,5CV 220V 4 POLEGADAS HMT MÍNIMO DE 17,5M E MÁXIMO 120,5M VAZÃO ATÉ 1.9MIL L/H.	01	UNID		1.219,02	1.219,02
02	BOMBEADOR 1,0CV	BOMBEADOR SUBMERSO 1,0CV 220V 4 POLEGADAS HMT MÍNIMO DE 35M E MÁXIMO 78M VAZÃO ATÉ 2,5MIL L/H.	01	UNID		1.043,83	1.043,83

03	BOMBEADOR 1,5CV	BOMBEADOR SUBMERSO 1,5CV 220V 4 POLEGADAS HMT MÍNIMO DE 35M E MÁXIMO 78M VAZÃO ATÉ 3,5MIL L/H	01	UNID		1.247,72	1.247,72
04	BOMBEADOR 2,0CV	BOMBEADOR SUBMERSO 2,0CV 220V 4 POLEGADAS HMT MÍNIMO DE 62,9M E MÁXIMO 97M VAZÃO ATÉ 3 MIL L/H	01	UNID		1.196,14	1.196,14
05	BOMBEADOR 2,0CV	BOMBEADOR SUBMERSO 2,0CV 220V 4 POLEGADAS HMT MÍNIMO 63M E MÁXIMO 98M VAZÃO ATÉ 4MIL L/H	01	UNID		1.293,20	1.293,20
06	BOMBEADOR 3,0CV	BOMBEADOR SUBMERSO 3,0CV 220V 4 POLEGADAS HMT MÍNIMO DE 65M E MÁXIMO 110M VAZÃO ATÉ 4.5MIL L/H	01	UNID		1.378,30	1.378,30
07	BOMBEADOR 3,0CV	BOMBEADOR SUBMERSO 3,0CV 220V 4 POLEGADAS HMT MÍNIMO DE 70,8M E MÁXIMO 115,4M VAZÃO ATÉ 5MIL L/H	01	UNID		1.447,50	1.447,50
08	BOMBEADOR 4,0CV	BOMBEADOR SUBMERSO 4CV EM Fº Fº E BRONZE 4 POLEGADAS HMT MÍNIMO DE 37M E MÁXIMO 79M VAZÃO ATÉ 17 MIL L/H	01	UNID		4.318,61	4.318,61
09	BOMBEADOR 5,0CV	BOMBEADOR SUBMERSO 5,0CV 220V 4 POLEGADAS HMT MÍNIMO DE 50M E MÁXIMO 135M VAZÃO ATÉ 13MIL L/H	01	UNID		3.277,70	3.277,70
10	BOMBEADOR 6,0CV	BOMBEADOR SUBMERSO 6CV EM Fº Fº E BRONZE 4 POLEGADAS HMT MÍNIMO DE 55M E MÁXIMO 112M VAZÃO ATÉ 17MIL L/H	01	UNID		6.179,08	6.179,08
11	BOMBEADOR 7,0CV	BOMBEADOR SUBMERSO 7,0CV 220V HMT MÍNIMO DE 38M E MÁXIMO 104M VAZÃO 25.000L/H	01	UNID		3.434,33	3.434,33
12	BOMBEADOR 13CV	BOMBEADOR SUBMERSO 13CV 220V 6 POLEGADAS	01	UNID		6.866,66	6.866,66
13	MOTOR 0,5CV	MOTOR PARA BOMBA SUBMERSO 0,5CV 220V	05	UNID		1.986,66	9.933,30
14	MOTOR 1,0CV	MOTOR PARA BOMBA SUBMERSO 1,0CV 220V	05	UNID		2.096,48	10.482,40
15	MOTOR 1,5CV	MOTOR PARA BOMBA SUBMERSO 1,5CV 220V	08	UNID		2.098,50	16.788,00
16	MOTOR 2,0CV	MOTOR PARA BOMBA SUBMERSO 2,0CV 220V	05	UNID		2.673,17	13.365,85
17	MOTOR 2,5CV	MOTOR PARA BOMBA SUBMERSO 2,5CV 220V REFRIGERAÇÃO A ÁGUA	02	UNID		3.699,50	7.399,00
18	MOTOR 3,0CV	MOTOR PARA BOMBA SUBMERSO 3,0CV 220V	02	UNID		3.336,67	6.673,34
19	MOTOR 4,0CV	MOTOR PARA BOMBA SUBMERSO 4,0CV 220V REFRIGERAÇÃO A ÁGUA	02	UNID		4.279,89	8.559,78
20	MOTOR 5,0CV	MOTOR PARA BOMBA SUBMERSO 5,0CV 220V REFRIGERAÇÃO A ÁGUA	01	UNID		4.685,04	4.685,04
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							110.788,80

LOTE 04 - SERVIÇO DE PERFURAÇÃO E LIMPEZA DE POÇOS TUBULARES							
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	SERVIÇO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	PERFURAÇÃO	PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR	1.200	MTS	-	121,07	145.284,00
02	LIMPEZA	SERVIÇO DE LIMPEZA EM POÇO TUBULAR	400	MTS	-	74,99	29.996,00
03	REVESTIMENTO	SERVIÇO DE REVESTIMENTO POÇO TUBULAR COM TUBO	450	MTS	-	134,40	60.480,00

04	LOCAÇÃO GEOLÓGICA	SERVIÇO LOCAÇÃO GEOLÓGICA	10	UND	-	1.648,26	16.482,60
05	TESTE VAZÃO	SERVIÇO TESTE DE VAZÃO 12HS	10	UND	-	1.666,66	16.666,60
06	FILTRO GEOTÉCNICO	FILTRO GEOTÉCNICO 125MM	240	MTS	-	127,44	30.585,60
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							299.494,80

LOTE 05 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO - CONJUNTO DE MOTOBOMBA SUBMERSO 0.5CV MONO							
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	KIT ROTOR	KIT ROTOR, DIFUSOR E BUCHA GUIA 4R3, PARA MOTOR 0.5CV.	7	KIT		101,00	707,00
02	CRIVO	CRIVO, PARA MOTOR 0.5CV.	1	UNID		27,66	27,66
03	BUCHA DESGASTE	BUCHA DESGASTE 18X17MM.	1	UNID		40,37	40,37
04	ACOPLAMENTO	ACOPLAMENTO, PARA MOTOR 0.5CV.	1	UNID		74,95	74,95
05	ROLAMENTO	ROLAMENTO 6203.	2	UNID		38,93	77,86
06	CONECTOR INTERNO	CONECTOR INTERNO MOTOR OP4	1	UNID		60,79	60,79
07	SELO	SELO MECANICO T11	1	UNID		53,33	53,33
08	DIAFRAGMA	DIAFRAGMA	1	UNID		139,14	139,14
09	VASELINA	VASELINA	1	POTE		39,87	39,87
10	REBOBINAMENTO DE MOTOR	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO MOTOR 0.5CV	1	SERV	-	407,07	407,07
11	SERVIÇO BOMBEADOR	SERVIÇO TÉCNICO DE BOMBEADOR	1	SERV	-	171,66	171,66
12	SERVIÇO EM MOTOR	SERVIÇO TÉCNICO EM MOTOR 0.5CV	1	SERV	-	144,15	144,15
13	SERVIÇO TORNO EIXO	SERVIÇO DE TORNO EM EIXO DE BOMBEADOR	1	SERV	-	143,66	143,66
14	SERVIÇO TORNO EM BOMBEADOR	SERVIÇO DE TORNO EM BOMBEADOR	1	SERV	-	146,66	146,66
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							2.234,17

LOTE 06 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO - CONJUNTO DE MOTOBOMBA SUBMERSO 0.75CV MONO							
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	KIT ROTOR	KIT ROTOR, DIFUSOR E BUCHA GUIA 4R3, PARA MOTOR 0.75CV.	9	KIT		101,00	909,00
02	CRIVO	CRIVO, PARA MOTOR 0.75CV.	1	UNID		27,66	27,66
03	BUCHA DESGASTE	BUCHA DESGASTE 18X17MM.	1	UNID		40,37	40,37

04	ACOPLAMENTO	ACOPLAMENTO, PARA MOTOR 0.75CV.	1	UNID		74,95	74,95
05	ROLAMENTO	ROLAMENTO 6203.	2	UNID		38,93	77,86
06	CONECTOR INTERNO	CONECTOR INTERNO MOTOR OP4	1	UNID		60,79	60,79
07	SELO	SELO MECANICO T11	1	UNID		53,33	53,33
08	DIAFRAGMA	DIAFRAGMA	1	UNID		139,14	139,14
09	VASELINA	VASELINA	1	POTE		44,87	44,87
10	REBOBINAMENTO DE MOTOR	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO MOTOR 0.75CV	1	SERV	-	488,33	488,33
11	SERVIÇO BOMBEADOR	SERVIÇO TÉCNICO DE BOMBEADOR	1	SERV	-	181,66	181,66
12	SERVIÇO EM MOTOR	SERVIÇO TÉCNICO EM MOTOR 0.75CV	1	SERV	-	154,15	154,15
13	SERVIÇO TORNO EIXO	SERVIÇO DE TORNO EM EIXO DE BOMBEADOR	1	SERV	-	143,66	143,66
14	SERVIÇO TORNO EM BOMBEADOR	SERVIÇO DE TORNO EM BOMBEADOR	1	SERV	-	146,66	146,66
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							2.542,43

LOTE 07 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO - CONJUNTO DE MOTOBOMBA SUBMERSO 1.0CV MONO							
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	KIT ROTOR	KIT ROTOR, DIFUSOR E BUCHA GUIA 4R3, PARA MOTOR 1.0CV.	11	KIT		101,00	1.111,00
02	CRIVO	CRIVO, PARA MOTOR 1.0CV.	1	UNID		27,66	27,66
03	BUCHA DESGASTE	BUCHA DESGASTE 18X17MM.	1	UNID		40,37	40,37
04	ACOPLAMENTO	ACOPLAMENTO, PARA MOTOR 1.0CV.	1	UNID		74,95	74,95
05	ROLAMENTO	ROLAMENTO 6203.	2	UNID		38,93	77,86
06	CONECTOR INTERNO	CONECTOR INTERNO MOTOR OP4	1	UNID		60,79	60,79
07	SELO	SELO MECANICO T11	1	UNID		53,33	53,33
08	DIAFRAGMA	DIAFRAGMA	1	UNID		139,14	139,14
09	VASELINA	VASELINA	1	POTE		44,87	44,87
10	REBOBINAMENTO DE MOTOR	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO MOTOR 1.0CV	1	SERV	-	498,33	498,33
11	SERVIÇO BOMBEADOR	SERVIÇO TÉCNICO DE BOMBEADOR	1	SERV	-	181,66	181,66
12	SERVIÇO EM MOTOR	SERVIÇO TÉCNICO EM MOTOR 1.0CV	1	SERV	-	154,15	154,15

13	SERVIÇO TORNO EIXO	SERVIÇO DE TORNO EM EIXO DE BOMBEADOR	1	SERV	-	143,66	143,66
14	SERVIÇO TORNO EM BOMBEADOR	SERVIÇO DE TORNO EM BOMBEADOR	1	SERV	-	146,66	146,66
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							2.754,43

LOTE 08 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO - CONJUNTO DE MOTOBOMBA SUBMERSO 1.5CV MONO							
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	KIT ROTOR	KIT ROTOR, DIFUSOR E BUCHA GUIA 4R3, PARA MOTOR 1.5CV.	17	KIT		101,00	1.717,00
02	CRIVO	CRIVO, PARA MOTOR 1.5CV.	1	UNID		27,66	27,66
03	BUCHA DESGASTE	BUCHA DESGASTE 18X17MM.	1	UNID		40,37	40,37
04	ACOPLAMENTO	ACOPLAMENTO, PARA MOTOR 1.5CV.	1	UNID		74,95	74,95
05	ROLAMENTO	ROLAMENTO 6203.	2	UNID		38,93	77,86
06	CONECTOR INTERNO	CONECTOR INTERNO MOTOR OP4	1	UNID		60,79	60,79
07	SELO	SELO MECANICO T11	1	UNID		53,33	53,33
08	DIAFRAGMA	DIAFRAGMA	1	UNID		139,14	139,14
09	VASELINA	VASELINA	1	POTE		44,87	44,87
10	REBOBINAMENTO DE MOTOR	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO MOTOR 1.5CV	1	SERV	-	527,87	527,87
11	SERVIÇO BOMBEADOR	SERVIÇO TÉCNICO DE BOMBEADOR	1	SERV	-	181,66	181,66
12	SERVIÇO EM MOTOR	SERVIÇO TÉCNICO EM MOTOR 1.5CV	1	SERV	-	154,15	154,15
13	SERVIÇO TORNO EIXO	SERVIÇO DE TORNO EM EIXO DE BOMBEADOR	1	SERV	-	143,66	143,66
14	SERVIÇO TORNO EM BOMBEADOR	SERVIÇO DE TORNO EM BOMBEADOR	1	SERV	-	146,66	146,66
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							3.389,97

LOTE 09 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO - CONJUNTO DE MOTOBOMBA SUBMERSO 2.0CV MONO							
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	KIT ROTOR	KIT ROTOR, DIFUSOR E BUCHA GUIA 4R4, PARA MOTOR 2.0CV.	18	KIT		101,00	1.818,00
02	CRIVO	CRIVO, PARA MOTOR 2.0CV.	1	UNID		27,66	27,66
03	BUCHA DESGASTE	BUCHA DESGASTE 18X17MM.	1	UNID		40,37	40,37

04	ACOPLAMENTO	ACOPLAMENTO, PARA MOTOR 2.0CV.	1	UNID		74,95	74,95
05	ROLAMENTO	ROLAMENTO 6203.	2	UNID		38,93	77,86
06	CONECTOR INTERNO	CONECTOR INTERNO MOTOR OP4	1	UNID		60,79	60,79
07	SELO	SELO MECANICO T11	1	UNID		53,33	53,33
08	DIAFRAGMA	DIAFRAGMA	1	UNID		139,14	139,14
09	VASELINA	VASELINA	1	POTE		44,87	44,87
10	REBOBINAMENTO DE MOTOR	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO MOTOR 2.0CV.	1	SERV	-	645,83	645,83
11	SERVIÇO BOMBEADOR	SERVIÇO TÉCNICO DE BOMBEADOR	1	SERV	-	188,33	188,33
12	SERVIÇO EM MOTOR	SERVIÇO TÉCNICO EM MOTOR 2.0CV.	1	SERV	-	160,82	160,82
13	SERVIÇO TORNO EIXO	SERVIÇO DE TORNO EM EIXO DE BOMBEADOR	1	SERV	-	143,66	143,66
14	SERVIÇO TORNO EM BOMBEADOR	SERVIÇO DE TORNO EM BOMBEADOR	1	SERV	-	146,66	146,66
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							3.622,27

LOTE 10 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO - CONJUNTO DE MOTOBOMBA SUBMERSO 3.0CV MONO							
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	KIT ROTOR	KIT ROTOR, DIFUSOR E BUCHA GUIA 4R5, PARA MOTOR 3.0CV.	18	KIT		101,00	1.818,00
02	CRIVO	CRIVO, PARA MOTOR 3.0CV.	1	UNID		27,66	27,66
03	BUCHA DESGASTE	BUCHA DESGASTE 18X17MM.	1	UNID		40,37	40,37
04	ACOPLAMENTO	ACOPLAMENTO, PARA MOTOR 3.0CV.	1	UNID		74,95	74,95
05	ROLAMENTO	ROLAMENTO 6203.	1	UNID		38,93	38,93
06	ROLAMENTO	ROLAMENTO 7203.	2	UNID		86,92	173,84
07	CONECTOR INTERNO	CONECTOR INTERNO MOTOR OP4	1	UNID		60,79	60,79
08	SELO	SELO MECANICO T11	1	UNID		53,33	53,33
09	DIAFRAGMA	DIAFRAGMA	1	UNID		139,14	139,14
10	VASELINA	VASELINA	1	POTE		44,87	44,87
11	REBOBINAMENTO DE MOTOR	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO MOTOR 3.0CV.	1	SERV	-	702,38	702,38
12	SERVIÇO BOMBEADOR	SERVIÇO TÉCNICO DE BOMBEADOR	1	SERV	-	188,33	188,33
13	SERVIÇO EM MOTOR	SERVIÇO TÉCNICO EM MOTOR 3.0CV.	1	SERV	-	160,82	160,82

14	SERVIÇO TORNO EIXO	SERVIÇO DE TORNO EM EIXO DE BOMBEADOR	1	SERV	-	153,66	153,66
15	SERVIÇO TORNO EM BOMBEADOR	SERVIÇO DE TORNO EM BOMBEADOR	1	SERV	-	156,66	156,66
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							3.833,73

VALOR GLOBAL DOS LOTES R\$	(oitocentos e dezoito mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos)	818.467,80
----------------------------	---	------------

1. DA CLASSIFICAÇÃO DAS AQUISIÇÕES/CONTRAÇÕES:

- 1.1. A teor do descrito no Decreto Municipal nº 338/2021, de 23 de dezembro de 2021 e no Parágrafo Único, do Artigo 1º, da Lei nº 10.520, o objeto descrito acima se enquadra como bens/serviços de natureza comum em vista da possibilidade de definição objetiva dos padrões de desempenho e de qualidade, conforme prática usual no mercado.
- 1.2. A aquisição/contratação dos bens/serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

2. DA FORMA ENTREGA DO OBJETO E DOS PRAZOS PARA ENTREGA:

- 2.1. Os bens/serviços serão entregues conforme discriminado abaixo:
 - 7.1.1. O PRAZO MÁXIMO PARA ENTREGA DOS BENS (Lotes 01, 02 e 03) deste termo é de 10 (dez) DIAS ÚTEIS, contados da data do recebimento da ordem de serviço por meio eletrônica (e-mail) ou de forma presencial;
 - 7.1.2. NO CASO DOS SERVIÇOS (Lote 04) deverão ser executados nos locais indicados (dentro dos limites territoriais do Município de Macaúbas/BA) pela autoridade requisitante e após o recebimento da ordem de serviço nos seguintes prazos:
 - 7.1.2.1. Início da execução em até 10 (dez) dias úteis;
 - 7.1.2.2. Conclusão em até 05 (cinco) dias úteis, após iniciado os serviços.
 - 7.1.3. NO CASO DOS SERVIÇOS (Lotes 05, 06, 07, 08, 09 e 10) após o recebimento da ordem de serviço nos seguintes prazos:
 - 7.1.3.1. Início da execução em até 72 (setenta e duas) horas;
 - 7.1.3.2. Conclusão em até 05 (cinco) dias úteis;
 - 7.1.3.2.1. Os serviços poderão ser prestados no local onde se encontram ou ainda ser feita a retirada dos equipamentos até o estabelecimento da licitante vencedora, após o recebimento da ordem de serviço.
 - 7.1.4. A ordem de fornecimento/serviço será emitida pelo Setor de Compras de Macaúbas.
- 2.2. *Inexiste quantitativo mínimo para ser requisitado o fornecimento, essencialmente considerando a necessidade/demanda que sofre variações conforme a demanda do serviço público especializado e diante do sistema de registro de preço adotado.*
- 2.3. Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 2.4. Os bens/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos/corrigidos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação formal, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 2.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
 - 2.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 2.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.7. As entregar/execução dos materiais/serviços frutos dos objetos ora licitados serão de responsabilidade da empresa contratada, devendo ser incluídos todos os eventuais custos indiretos, tais como transporte, carga e descarga dos bens e alimentação dos prepostos.

8. DA EXECUÇÃO E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

- 8.1. Os bens/serviços deverão ser entregues com base nos parâmetros mínimos estabelecidos neste termo, sendo a qualidade avaliada pelo setor técnico utilizando conhecimentos técnicos e a prática usual no mercado;
- 8.2. A empresa contratada deverá ser obrigada a entregar/prestar os bens, conforme especificação acima e nos termos da ordem de fornecimento emitida;
- 8.3. Os produtos/serviços, objeto desta licitação, deverão estar disponíveis para início do fornecimento a partir da data de assinatura da futura ata de registro de preço;
- 8.4. Fornecer bens/serviços de qualidade, que atendam às necessidades da contratante;
- 8.5. Entregar os equipamentos em plenas condições de uso;
- 8.6. É indispensável que todo produto atenda às especificações técnicas e recomendações das normas vigentes específicas;
- 8.7. Todos os bens deverão ser entregues em embalagem apropriada;
- 8.8. Disponibilizar endereço, números de telefone fixo, telefone móvel, fax e e-mail que possibilitem contato imediato entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA.
- 8.9. Atender aos telefones informados na proposta, no horário de 08:00 às 16:00, bem como responder aos e-mails da fiscalização no prazo máximo de 48 horas úteis, cujo endereço eletrônico também deve ser disponibilizado em proposta. Quando a empresa se eximir em responder a e-mails ou atender aos telefones por 05 (cinco) dias consecutivos, o fiscal deverá certificar em expediente próprio as informações pertinentes, como hora e dia do contato e anexação dos e-mails, solicitando a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade para eventual aplicação de penalidade.
- 8.10. Relatar ao CONTRATANTE a necessidade de quaisquer outros produtos/serviços não constantes no escopo das planilhas individuais de serviços, bem como comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade que venha a afetar o andamento dos trabalhos e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- 8.11. Manter vínculo empregatício formal com seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, bem como por quaisquer acidentes ou mal súbito de que possam ser vítimas, quando em serviço, na forma como a expressão é considerada na legislação trabalhista, ficando ressalvado que a inadimplência da CONTRATADA para com esses encargos não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto desta contratação.
- 8.12. Comprovar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, a quitação das obrigações trabalhistas;
- 8.13. Apresentar seus empregados, na execução dos serviços ora contratados, devidamente equipados com equipamentos de proteção individual, uniformizados, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, nome e função, e exigir seu uso em local visível. A CONTRATADA não poderá repassar os custos de quaisquer dos itens de uniforme e dos equipamentos de proteção individual aos seus empregados;
- 8.14. Cumprir e fazer cumprir as normas de aquisição e as cláusulas contratuais;
- 8.15. Permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer dia e horário, aos equipamentos, bem como aos registros e documentos de natureza contábil, trabalhista, social e tributária;
- 8.16. Zelar pelas condições plenas de segurança, na forma prescrita pelas normas legais técnicas específicas;
- 8.17. Indicar preposto e responsável técnico, aceito pela Administração, para representá-los na prestação dos serviços, nos termos do artigo 68 da Lei nº 8.666;
- 8.18. Responder, por si ou seus prepostos, pelos danos causados ao Município ou a terceiro, comprometendo-se a acatar as Leis e Regulamentos, quer existentes, quer futuros;
- 8.19. Observar todas as normas gerais técnicas; arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrente do cumprimento das obrigações assumidas sem qualquer ônus à CONTRATANTE;
- 8.20. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E TESTE DE VAZÃO (Lote 04).
 - 8.20.1. Os serviços de limpeza com tratamento químico dos poços tubulares profundos deverão ser acompanhados por Geólogo responsável e também por Químico ou Engenheiro correlato, que responderá pelos tratamentos químicos controlando a dosagem dos produtos de limpeza e desinfecção e coleta de água para análise.
 - 8.20.2. Os serviços de limpeza objetivam remover as partículas sólidas, crostas de argila e óxidos de Ferro e Manganês, que encontram aderidos nas paredes do poço ou obstruindo as entradas de água.
 - 8.20.3. A realização do serviço deverá contemplar os seguintes pontos:

- 8.20.3.1. Instalação de equipamento de manutenção;
- 8.20.3.2. Retirada do conjunto submersível instalado e vistoria de seus componentes: tubos, luvas, fios, eletrodos, cabos e bomba submersa;
- 8.20.3.3. Medição do nível estático e profundidade do poço;
- 8.20.3.4. Aplicação de produtos químicos defloculantes/desincrustantes a base de orto-fosfatos e bactericida para eliminação de ferro bactérias nas concentrações adequadas a cada poço.
- 8.20.4. DEVERÃO SER APRESENTADAS AS FICHAS TÉCNICAS DOS PRODUTOS:
 - 8.20.4.1. Quando necessário, desobstrução com brocas e caçamba de bombeamento;
 - 8.20.4.2. Amostragem de materiais obtidos da operação de limpeza acima citada;
 - 8.20.4.3. *Instalação do sistema air-lift até o fundo do poço;*
 - 8.20.4.4. Jateamento, quando necessário, em toda extensão do poço;
 - 8.20.4.5. Turbilhonamento alternado com bombeamento, até que a água se apresente clara (com PH restabelecido) e sejam removidos os resíduos descolados pela agitação;
 - 8.20.4.6. Retirada dos tubos de ar e água;
 - 8.20.4.7. Medição estática da profundidade do poço;
 - 8.20.4.8. *Instalação da bomba de teste superdimensionada;*
 - 8.20.4.9. Execução de teste de vazão contemplando as fases de vazão e rebaixamento máximo por 12 horas com bomba superdimensionada a ser fornecida pela empresa CONTRATADA (Bombas de até 13cv);
 - 8.20.4.10. Teste de vazão escalonado com 40%, 60 % e 80 % da vazão máxima;
 - 8.20.4.11. Teste de recuperação de nível por 02 (duas) horas interruptas;
 - 8.20.4.12. Retirada da bomba de teste;
 - 8.20.4.13. Reinstalação do conjunto motobomba revisada e testada;
 - 8.20.4.14. Aplicação de hipoclorito em quantidade e concentrações adequadas às características de cada poço;
 - 8.20.4.15. Bombeamento para retirar excesso de cloro e regulagem da vazão ideal de operação, bem como regularização do PH da água;
 - 8.20.4.16. Coleta d'água efetuada por Técnico em Química, Químico ou Engenheiro Responsável para análise físico-química e bacteriológica em atendimento aos parâmetros definidos na Portaria nº. 2914 do Ministério da Saúde (Custos a serem suportados pela SEMOB/PK), quando solicitado;
 - 8.20.4.17. Desmontagem do equipamento;
 - 8.20.4.18. Relatório elaborado por Geólogo ou Engenheiro Responsável das operações realizadas, observações diretas e recomendações.
- 8.21. EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E MATERIAIS ENVOLVIDOS (Lote04):
 - 8.21.1. Sondas, caminhões munck e torres desmontáveis;
 - 8.21.2. Tubos galvanizados com diâmetros compatíveis às necessidades de cada poço;
 - 8.21.3. Compressor compatível com as características (profundidades, vazão) de cada poço e processo de limpeza;
 - 8.21.4. Bombas submersíveis superdimensionada para testes de vazão de até 13cv;
 - 8.21.5. Medidor elétrico de nível adequado à profundidade do poço;
 - 8.21.6. Pistões com ou sem válvula de borracha;
 - 8.21.7. Injetores e jateadores;
 - 8.21.8. Caçamba para 4" e 6", e brocas diversas;
 - 8.21.9. Produtos químicos desincrustantes.

9. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

- 9.1. As empresas licitantes devem declarar que possuem o pleno conhecimento das condições necessárias para a entrega dos serviços;
- 9.2. Está apta para licitar e contratar com a administração pública;
- 9.3. Não ter sido declarado inidôneo;
- 9.4. **Comprovação da habilitação jurídica; nos termos do Artigo 28 da Lei nº 8.666:**
- 9.5. **Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do Artigo 29 da Lei nº 8.666:**
- 9.6. **Comprovação de regularidade econômico-financeira; nos termos do Artigo 31 da Lei nº 8.666:**
 - 9.6.1. BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL (documentos essenciais - termo de abertura, termo de encerramento, balanço patrimonial e demonstrativo de resultado do exercício - DRE), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que

comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, NOS TERMOS DA ORIENTAÇÃO FIRMADA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ACÓRDÃO 1999/2014 - PLENÁRIO;

9.6.1.1. NÃO será exigido o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do Microempreendedor Individual, com fundamento no art. 68 da Lei Complementar nº 123 de 2006 que considera aquele pequeno empresário, em conjunto com o disposto no § 2º do art. 1.179 do Código Civil que dispensa a elaboração dos citados documentos.

9.6.2. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL, OU LIQUIDAÇÃO JUDICIAL, OU DE EXECUÇÃO PATRIMONIAL, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação; e

9.7. **Comprovação de qualificação técnica; nos termos do Artigo 30 da Lei nº 8.666:**

9.7.1. Atestado de Capacidade Técnica, em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando aptidão para desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação;

10. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

10.1. As comunicações entre as empresas licitadas/contratadas e esta Prefeitura serão preferencialmente eletrônicas (e-mail) e de forma suplementar através de forma postal e, em caso de impossibilidade, através de publicações no Diário Oficial deste Município.

10.2. Os pagamentos serão realizados após entrega dos bens/serviços, acompanhado da nota fiscal e da Ordem de Fornecimento/serviço ou termo de recebimento provisório devidamente assinado pelo setor competente, no prazo de até 30 (trinta) dias após o cumprimento destas formalidades.

10.2.1. Entregar os bens, a licitante vencedora deverá apresentar, mediante entrega no Fiscal de contrato e posterior entrega nos Setores de Compras desta PMM, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de protocolização, liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

10.2.1.1. Ofício encaminhando a(s) Nota(s) Fiscal(is) para registro nos Setores de Compras;

10.2.1.2. Certidões Conjuntas de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, que abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" e "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

10.2.1.3. Certificados de Regularidade de Situação do FGTS - CRF;

10.2.1.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), demonstrando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

10.2.1.5. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio sede do licitante;

10.2.2. O pagamento será realizado após entrega dos bens, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal de contrato emitida em nome da Contratante, no valor e condições estabelecidas neste termo;

10.2.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira;

10.2.4. A falta de atestação pela PMM, com relação ao cumprimento do objeto deste Termo e da licitação, das notas fiscais emitidas pelo licitante vencedor;

10.2.5. Para efeito de pagamento serão computados apenas os quantitativos efetivamente medidos.

10.3. Se houver a constatação de algum vício oculto no objeto ou de um vício aparente dentro do prazo de garantia mínima de 90 (noventa) dias após o recebimento definitivo, a contratada será notificada para sanear os defeitos no prazo fixado pelo fiscal do contrato; em caso de descumprimento do prazo ficará sujeita as sanções previas neste termo e à multa de até 20% (vinte por cento) do valor total contrato, independente da obrigação de glosar o eventual valor percebido pelo objeto.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do objeto, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega do objeto, fixando prazo para a sua correção;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da entrega dos bens, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber, em conformidade com os ditames legais.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 12.1. Entregar o objeto conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 12.5. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a entrega do objeto;
- 12.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 12.7. *Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;*
- 12.8. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.9. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da entrega do objeto;
- 12.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO:

- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da entrega do objeto e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos Artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da entrega do objeto e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da entrega do objeto deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle.

15.5. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e instrumento para aferição da qualidade dos produtos entregues, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

15.5.1. Deixar de entregar, ou não entregar os bens com qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

15.5.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.6. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos produtos para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.7. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade dos produtos do objeto entregue.

15.8. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade dos produtos entregues.

15.9. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.10. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da entrega do objeto em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.11. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade dos produtos entregues.

15.12. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na entrega do objeto, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.13. A conformidade dos produtos a serem entregues deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.14. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.15. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO:

- 16.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 16.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 16.3. *Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto entregue, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.*
- 16.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 16.5. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da entrega do objeto, será realizado pelo gestor do contrato.
- 16.6. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.
- 16.7. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos produtos entregues, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base em instrumento de medição de resultado.
- 16.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

17. DO PERÍODO DE VIGÊNCIA:

- 17.1. A Ata de Registro de Preços terá sua validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, podendo ser aderida por órgão não participante.

18. DO REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS:

- 18.1. A Contratante e a Contratada têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios;
- 18.2. **Reajuste de Preços:**
- 18.2.1. Conceder-se-á reajuste de preços após o decurso de prazo de um ano, contado do 1º dia (inclusive) do mês subsequente ao da assinatura de contrato;
- 18.2.2. O índice de reajustamento será aquele apurado pela IBGE, através do INPC (Índice Nacional de Preços) apurado no período;
- 18.2.3. Os preços contratuais não serão reajustáveis no caso de atrasos injustificados por parte da CONTRATADA, que impactem no prazo contratual dos serviços;
- 18.2.4. As condições de reajustamento de preços estipuladas anteriormente poderão vir a ser alteradas, caso ocorra a superveniência de normas federais ou estaduais que disponham de forma diferente sobre a matéria ou ainda no caso de extinção do índice utilizado como parâmetro.
- 18.3. **Repactuação de preços:**
- 18.3.1. Ocorrendo fatores que impliquem em desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, considerando as bases pactuadas, poderá o contratado requerer revisão dos valores face ao art. 65, inciso II, letra “d” da Lei Federal nº 8.666/93. O equilíbrio econômico - financeiro só será admitido na hipótese de alteração de preços dos serviços e/ou insumos/materiais conforme objeto licitado, devidamente comprovada e espelhada a variação, que deve ser apresentada para avaliação do Contratante;
- 18.3.2. A Repactuação de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo que:

18.3.2.1. A Empresa Contratada deverá formular ao Contratante requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

18.3.2.2. A comprovação será realizada, preferencialmente, por meio de documentos fiscais e, na sua impossibilidade, devidamente demonstrada e justificada, por meio de outros documentos, tais como lista de preço de fabricantes, publicações de data-base, alteração da legislação, alusivas à época da elaboração da proposta ou da última repactuação e do momento do pedido de revisão;

18.3.2.3. Com o requerimento, a Empresa Contratada deverá apresentar planilhas de custos unitários comparativa entre a data da formulação da proposta ou da última repactuação, e do momento do pedido de revisão, *contemplando os custos unitários envolvidos, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor global pactuado;*

18.3.2.4. O contratante examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará à Contratada quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

18.3.2.5. Independentemente de solicitação, o Contratante poderá convocar a Contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto registrado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado;

18.3.2.6. Os efeitos financeiros da repactuação de preços serão devidos a contar da data do requerimento formalmente apresentado ao Contratante, na hipótese de solicitação decorrente de aumento de custos e contará a partir da data do evento na hipótese de diminuição dos custos, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

18.4. As alterações decorrentes de repactuações e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Aditivos ou apostilamento do Contrato.

19. DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO:

19.1. O futuro contrato poderá ser rescindido, a critério da Contratante, nas hipóteses de inadimplemento parcial ou total de quaisquer obrigações contidas neste termo de referência, nos termos do art. 77 da Lei 8.666/93, desde que efetivamente reste comprovado prejuízo à finalidade pública pretendida com a contratação;

19.2. Cabe à parte prejudicada ou interessada a comprovação do efetivo prejuízo que justifique a rescisão contratual, caso ocorra quaisquer dos motivos indicados artigo 78 da Lei 8.666/93;

19.3. A rescisão contratual será processada nos autos de processo de gestão, sempre se garantindo o contraditório e a ampla defesa;

19.4. Na ocorrência de rescisão contratual, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no artigo 80 da Lei 8.666/93, sem prejuízo de quaisquer outros previstos pela legislação.

20. DO VALOR ESTIMADO:

20.1. O custo total estimado da contratação é de R\$ 818.467,80 (oitocentos e dezoito mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos); obtidos a partir de pesquisas de preços juntadas aos autos do processo licitatório, para todo o objeto, conforme valores unitários e totais apresentados na planilha de preço médio, nos termos da IN nº 73/2020.

21. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

21.1. A aquisição/contratação será custeada com recursos das Dotações Orçamentárias do Município de Macaúbas, referente ao exercício de 2023. De acordo com o § 2º do artigo 7º do decreto federal 7.892 de 23 de janeiro de 2013, na licitação para Registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

21.2. As despesas decorrentes com a execução do contrato da aquisição/contratação serão custeadas com recursos do Erário Municipal e ocorrerão por conta da disponibilidade orçamentária, no exercício 2023 e subsequente, cuja fonte de recursos, programa e elemento de despesa a ser especificados na Nota de empenho, emitida pelo órgão ou setor competente.

22. DAS SANÇÕES:

- 22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
- 22.1.1. Não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - 22.1.2. Apresentar documentação falsa;
 - 22.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 22.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 22.1.5. Não manter a proposta;
 - 22.1.6. Cometer fraude fiscal;
 - 22.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;
- 22.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 22.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 22.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções, conforme termos do Decreto Municipal nº 0148/2020:
- 22.4.1. A **MULTA** é a sanção pecuniária imposta ao licitante, que poderá ser aplicada respeitando os seguintes percentuais:
 - 22.4.1.1. 5% sobre o valor da proposta, nos casos em que a licitante deixar de apresentar a documentação exigida pelo certame;
 - 22.4.1.2. 10% sobre o valor da proposta no caso em que a licitante não mantiver a sua proposta ou deixar de celebrar o contrato, no prazo de validade da proposta;
 - 22.4.1.3. 15% sobre o valor da proposta no caso em que a licitante apresentar documento falso ou em caso de recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;
 - 22.4.1.4. 20% sobre o valor da proposta no caso em que a licitante cometer fraude ou comportar-se de modo inidôneo no âmbito da licitação.
 - 22.4.2. A **MULTA**, no âmbito do contrato, que poderá ser:
 - 22.4.2.1. De caráter **compensatório**, quando será aplicado os seguintes percentuais:
 - 22.4.2.1.1. 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida;
 - 22.4.2.1.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total.
 - 22.4.2.2. De caráter **moratório**, na hipótese de atraso injustificado/irregular na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicado os seguintes percentuais:
 - 22.4.2.2.1. 0.33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso não for superior à 15 (quinze) dias corridos;
 - 22.4.2.2.2. 0.66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, na entrega de material ou execução de serviços, calculados desde o décimo sexto dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante, limitado ao percentual total de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.
 - 22.4.3. **IMPEDIMENTO DE LICITAR E DE CONTRATAR** com o Município, pelo prazo de até cinco anos.
- 22.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 22.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 22.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 22.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

23. DAS OUTRAS PRESCRIÇÕES:

23.1. Além das especificações acima deverão ser observadas as prescrições a seguir, todas condicionantes da aceitação da proposta e do recebimento do produto licitado:

23.1.1. Não serão aceitos o objeto em desacordo com as especificações constantes do presente Termo de Referência;

23.1.2. Prazos de validade da proposta não deverão ser inferiores a 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura das propostas de preço.

24. DOS ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES:

24.1. Setor de Licitações, situado no Prédio da Prefeitura Municipal de Macaúbas, Rua Dr. Manoel Vitorino, nº 460, Centro, Macaúbas - Bahia; e-mail: pregoeiro.marco@gmail.com ou pelo telefone: (77) 9 8105-8098.

25. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

25.1. Menor Preço por Lote;

26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

26.1. Publicidade:

26.1.1. Todos os atos públicos serão publicados no Diário Oficial do Município;

26.2. Do foro:

26.2.1. Fica estabelecido o foro de Macaúbas - BA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será o designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes da presente licitação;

26.3. Registra-se que o órgão responsável pelo gerenciamento da futura Ata de Registro de Preço será a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Macaúbas;

26.4. Vale salientar que a participação de qualquer empresa no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretroatável dos seus termos, regras e condições impostas no Edital em obediência a Lei 8.666/93.

Termo de Referência desenvolvido pelo Setor de Compras de Macaúbas,

-----XXXXXXXXXXXXXXXX-----

ANEXO II

Local e Data

À

Comissão Permanente de licitação
Prefeitura Municipal de

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2022

MODELO DECLARAÇÃO UNIFICADA.

(Nome da Empresa.....) devidamente inscrita no CNPJ sob o nº, com sua sede à Rua..... (endereço completo), Declara que :

- a) Está desimpedida de licitar e/ou contratar com a Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo, inclusive, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas;
- b) a empresa encontra-se habilitada para participar do certame.
- c) Aceita integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo contratante.
- d) Concorde integralmente e sem qualquer restrição com as condições desta Licitação, expressas neste PREGÃO ELETRÔNICO, bem assim com as condições de contratação estabelecidas na minuta do Contrato anexa ao Edital.
- e) Manterá válida a Proposta pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua apresentação e abertura.
- f) Tem pleno conhecimento dos locais e das condições da realização do objeto deste edital e seus anexos.
- g) Na realização do objeto licitado (serviços/compras/fornecimento) observara rigorosamente as Normas Técnicas brasileiras, bem assim as recomendações e instruções da Fiscalização da Prefeitura Municipal de Macaúbas, assumindo, desde já, a integral e exclusiva responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos.
- h) Nos preços propostos estão incluídos todos os encargos, previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, embalagens, fretes, seguros, tarifas, descarga, transporte, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto desta licitação.
- i) A Prefeitura não admitirá qualquer alegação posterior que vise o ressarcimento de custos não considerados nos preços, ressalvadas as hipóteses de criação ou majoração de encargos fiscais.

l) Recebeu os documentos e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

m) Para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos. **Ressalva:** emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz (). (**Observação:** em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

(Assinatura do representante legal)
Nome e identidade do representante legal

ANEXO III

MODELO PADRÃO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2022

Atendendo às exigências deste EDITAL, estamos apresentando nossa "PROPOSTA COMERCIAL" relativa ao presente PREGÃO ELETRÔNICO, cujo o valor total do é de (por extenso) de acordo com as especificações relacionadas na planilha anexa.

- 01) Indicação do banco, número da conta e agência..... do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 02) Qualificação completa..... do representante da empresa que assinará o futuro contrato.
- 03) Meios de contato: Telefone....., celular....., e-mails.....;

(Assinatura do representante legal)
Nome e identidade do representante legal

(CONTINUAÇÃO DO ANEXO III)
ANEXO PROPOSTA DE PREÇOS

LOTE 01 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRAULICO							
PARTICIPAÇÃO AMPLA							
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	ADAPTADOR 50MM	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL, AUTO AJUSTÁVEL, COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, 50MM X 1.1/2", PARA CAIXA D'AGUA.	05	UNID		24,63	123,15
02	ADAPTADOR 75MM	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL, AUTO AJUSTÁVEL, COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, 75MM X 2.1/2", PARA CAIXA D'AGUA.	03	UNID		191,98	575,94
03	ADAPTADOR CURTO 110MM	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL, CURTO COM BOLSA E ROSCA, 110MM X 4".	05	UNID		40,00	200,00
04	ADAPTADOR 50X1.1/2	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL, 50MM X 1.1/2".	10	UNID		9,26	92,60
05	ADAPTADOR 50X2	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL, 50MM X 2".	10	UNID		7,76	77,60
06	ADAPTADOR 50X3	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL, 75MM X 3".	05	UNID		12,71	63,55
07	CURVA PVC 25	CURVA 90° PVC SOLDAVEL 25MM.	15	UNID		4,62	69,30
08	CURVA PVC 32	CURVA 90° PVC SOLDAVEL 32MM	30	UNID		9,16	274,80
09	CURVA PVC 50	CURVA 90° PVC SOLDAVEL 50MM.	40	UNID		19,66	786,40
10	CURVA PVC 100	CURVA 90° PVC SOLDÁVEL 100MM.	20	UNID		50,25	1.005,00
11	REGISTRO PVC 20	REGISTRO ESFERA PVC SOLDAVEL 20MM.	05	UNID		11,19	55,95
12	REGISTRO PVC 25	REGISTRO ESFERA PVC SOLDAVEL 25MM.	05	UNID		13,58	67,90
13	REGISTRO PVC 32	REGISTRO ESFERA PVC SOLDAVEL 32MM.	05	UNID		23,63	118,15
14	REGISTRO PVC 50	REGISTRO ESFERA PVC SOLDAVEL 50MM.	05	UNID		32,47	162,35
15	TÊ 20	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL DE 20MM.	10	UNID		2,83	28,30
16	TÊ 25	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL DE 25MM.	10	UNID		2,80	28,00
17	TÊ 32	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL DE 32MM.	20	UNID		5,95	119,00
18	TÊ 50	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL DE 50MM.	10	UNID		13,34	133,40
19	VALVULA RETENÇÃO 50	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL PVC SOLDÁVEL 50MM.	05	UNID		127,85	639,25
20	VALVULA RETENÇÃO 75	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL PVC SOLDÁVEL 75MM	05	UNID		209,04	1.045,20
21	TUBO ROSCÁVEL 1	TUBO PVC ROSCÁVEL, BRANCO, VARA 6M, BITOLA 1"	100	BARRA		77,44	7.744,00
22	TUBO ROSCÁVEL 1.1/4	TUBO PVC ROSCÁVEL, BRANCO, VARA 6M, BITOLA 1.1/4"	120	BARRA		106,66	12.799,20

23	TUBO ROSCÁVEL 1.1/2	TUBO PVC ROSCÁVEL, BRANCO, VARA 6M, BITOLA 1.1/2"	100	BARRA		122,99	12.299,00
24	TUBO ROSCÁVEL 2	TUBO PVC ROSCÁVEL, BRANCO, VARA 6M, BITOLA 2"	50	BARRA		170,30	8.515,00
25	TUBO PN80 DN20	TUBO PVC AGROPECUÁRIO PN80 20, VARA 6M.	200	BARRA		16,07	3.214,00
26	TUBO PN80 DN25	TUBO PVC AGROPECUÁRIO PN80 25, VARA 6M.	100	BARRA		24,30	2.430,00
27	TUBO PN80 DN32	TUBO PVC AGROPECUÁRIO PN80 32, VARA 6M.	500	BARRA		30,72	15.360,00
28	TUBO PN40 DN50	TUBO PVC IRRIGAÇÃO SOLDÁVEL PN40 50MM, VARA 6M.	300	BARRA		38,82	11.646,00
29	TUBO PN40 DN75	TUBO PVC IRRIGAÇÃO SOLDÁVEL PN40 75MM, VARA 6M.	300	BARRA		66,66	19.998,00
30	TUBO PN80 DN50	TUBO PVC IRRIGAÇÃO SOLDÁVEL PN80 50MM, VARA 6M.	300	BARRA		56,30	16.890,00
31	TUBO PN80 DN75	TUBO PVC IRRIGAÇÃO SOLDÁVEL PN80 75MM, VARA 6M.	300	BARRA		107,20	32.160,00
32	TUBO PN125 DN50	TUBO PVC IRRIGAÇÃO SOLDÁVEL PN125 50MM, VARA 6M.	100	BARRA		75,00	7.500,00
33	FITA VEDA ROSCA	FITA VEDA ROSCA, MATERIAL TEFLON; COMPRIMENTO 25M, LARGURA 18MM, RESISTÊNCIA TEMPERATURA - 200 A 260 °C, NORMAS TÉCNICAS ABNT, MIL SPEC T-27730-A.	50	UNID		10,74	537,00
34	BUCHA GALVANIZADA 1.1/2X1	BUCHA DE REDUÇÃO GALVANIZADA 1.1/2" X 1"	05	UNID		22,53	112,65
35	BUCHA GALVANIZADA 1.1/2X1.1/4	BUCHA DE REDUÇÃO GALVANIZADA 1.1/2" X 1.1/4"	05	UNID		22,02	110,10
36	BUCHA GALVANIZADA 2.1/2X1.1/4	BUCHA DE REDUÇÃO GALVANIZADA 2.1/2" X 1.1/4".	05	UNID		43,50	217,50
37	BUCHA GALVANIZADA 2X1	BUCHA DE REDUÇÃO GALVANIZADA 2" X 1".	05	UNID		43,37	216,85
38	BUCHA GALVANIZADA 3X1.1/2	BUCHA DE REDUÇÃO GALVANIZADA 3" X 1.1/2"	05	UNID		70,23	351,15
39	CURVA GALVANIZADA 1	CURVA 90° GALVANIZADA 1".	05	UNID		48,33	241,65
40	CURVA GALVANIZADA 1.1/4	CURVA 90° GALVANIZADA 1.1/4".	05	UNID		69,94	349,70
41	CURVA GALVANIZADA 1.1/2	CURVA 90° GALVANIZADA 1.1/2".	05	UNID		85,18	425,90
42	CURVA GALVANIZADA 2	CURVA 90° GALVANIZADA 2".	02	UNID		138,17	276,34
43	LUVA GALVANIZADA 1	LUVA GALVANIZADA 1".	50	UNID		16,13	806,50
44	LUVA GALVANIZADA 1.1/4	LUVA GALVANIZADA 1.1/4".	50	UNID		19,47	973,50
45	LUVA GALVANIZADA 1.1/2	LUVA GALVANIZADA 1.1/2".	50	UNID		26,35	1.317,50
46	LUVA GALVANIZADA 2	LUVA GALVANIZADA 2".	20	UNID		42,22	844,40

47	NIPLÉ GALVANIZADO 1	NIPLÉ DUPLO GALVANIZADO 1".	10	UNID		11,85	118,50
48	NIPLÉ GALVANIZADO 1.1/4	NIPLÉ DUPLO GALVANIZADO 1.1/4".	10	UNID		22,05	220,50
49	NIPLÉ GALVANIZADO 1.1/2	NIPLÉ DUPLO GALVANIZADO 1.1/2".	10	UNID		28,26	282,60
50	NIPLÉ GALVANIZADO 2	NIPLÉ DUPLO GALVANIZADO 2".	05	UNID		46,50	232,50
51	UNIÃO GALVANIZADA 1	UNIÃO GALVANIZADA ASSENTO CÔNICO DE BRONZE 1".	05	UNID		59,41	297,05
52	UNIÃO GALVANIZADA 1.1/4	UNIÃO GALVANIZADA ASSENTO CÔNICO DE BRONZE 1.1/4".	05	UNID		98,89	494,45
53	UNIÃO GALVANIZADA 1.1/2	UNIÃO GALVANIZADA ASSENTO CÔNICO DE BRONZE 1.1/2".	05	UNID		99,52	497,60
54	UNIÃO GALVANIZADA 2	UNIÃO GALVANIZADA ASSENTO CÔNICO DE BRONZE 2".	05	UNID		140,31	701,55
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							165.846,53

LOTE 02 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO							
<u>PARTICIPAÇÃO AMPLA</u>							
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	CABO ELÉTRICO 2 X 10	CABO ELÉTRICO MULTIPLEXADO, DUPLEX CONDUTOR ALUMÍNIO, SESSÃO NOMINAL 10MM ²	1.000	M		4,10	4.100,00
02	CABO ELÉTRICO 2 X 16	CABO ELÉTRICO MULTIPLEXADO, DUPLEX CONDUTOR ALUMÍNIO, SESSÃO NOMINAL 16MM ²	1.000	M		6,77	6.770,00
03	CABO ELÉTRICO 3 X 16	CABO ELÉTRICO MULTIPLEXADO, TRIPLEX CONDUTOR ALUMÍNIO, SESSÃO NOMINAL 16MM ²	1.600	M		10,38	16.608,00
04	CABO ELÉTRICO 3 X 2,5	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL PP 500V, 3 X 2,5mm	400	M		11,74	4.696,00
05	CABO ELÉTRICO 3 X 4,0	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL PP 750V, 3 X 4,0mm ²	200	M		17,04	3.408,00
06	CABO ELÉTRICO 3 X 6,0	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL PP 500V, 3 X 6,0mm ²	100	M		25,19	2.519,00
07	FIO HIDROMAX 0,80	FIO HIDROMAX 0,80MM	200	M		1,69	338,00
08	FIO HIDROMAX 0,90	FIO HIDROMAX 0,90MM	400	M		1,94	776,00
09	FIO HIDROMAX 1,00	FIO HIDROMAX 1,0MM	150	M		2,66	399,00
10	CHAVE PARTIDA 2CV	CHAVE PARTIDA DIRETA EM CAIXA TERMOPLÁSTICA 220V 2CV MONOFASICA	5	UNID		302,23	1.511,15
11	CHAVE PARTIDA 3CV	CHAVE PARTIDA DIRETA EM CAIXA TERMOPLÁSTICA 220V 3CV MONOFASICA	5	UNID		380,33	1.901,65

12	CHAVE PARTIDA 5CV	CHAVE PARTIDA DIRETA EM CAIXA TERMOPLÁSTICA 5CV 220V MONOFASICA	5	UNID		532,67	2.663,35
13	CHAVE PARTIDA 4CV	CHAVE DE PARTIDA DIRETA EM CAIXA TERMOPLÁSTICA E METÁLICA PDWB02 4CV 380V TRIFÁSICA	5	UNID		282,93	1.414,65
14	CHAVE PARTIDA 5CV	CHAVE PARTIDA DIRETA EM CAIXA TERMOPLÁSTICA 5CV 380V	2	UNID		347,89	695,78
15	CHAVE PARTIDA 7,5CV	CHAVE PARTIDA DIRETA EM CAIXA TERMOPLÁSTICA 7,5CV 380V	2	UNID		309,05	618,10
16	CHAVE PARTIDA 10CV	CHAVE PARTIDA DIRETA EM CAIXA TERMOPLÁSTICA 10CV 380V	5	UNID		410,60	2.053,00
17	CHAVE PARTIDA 12,5CV	CHAVE PARTIDA DIRETA EM CAIXA TERMOPLÁSTICA 12,5CV 380V	5	UNID		609,78	3.048,90
18	CHAVE PARTIDA 15CV	CHAVE PARTIDA DIRETA EM CAIXA TERMOPLÁSTICA 15CV 380V	5	UNID		550,05	2.750,25
19	CHAVE 25A	CHAVE CONTACTORA 25 AMP 220V	10	UNID		169,96	1.699,60
20	CHAVE 32A	CHAVE CONTACTORA 32 AMP 220V	15	UNID		221,88	3.328,20
21	CHAVE 65A	CHAVE CONTACTORA 65 AMP 220V	15	UNID		433,47	6.502,05
22	CHAVE 80A	CHAVE CONTACTORA 80 AMP 220V	10	UNID		662,65	6.626,50
23	QUADRO 0,75CV	QUADRO COMANDO BOX 0,75CV MONOFÁSICO 220V; COMPOSTO POR ARMÁRIO TERMOPLÁSTICO, RELE DE SOBRECARGA, INTERRUPTOR E CAPACITOR PERMANENTE.	80	UNID		153,44	12.275,20
24	QUADRO 1,0CV	QUADRO COMANDO BOX 1,0CV MONOFÁSICO 220V; COMPOSTO POR ARMÁRIO TERMOPLÁSTICO, RELE DE SOBRECARGA, INTERRUPTOR E CAPACITOR PERMANENTE.	100	UNID		163,57	16.357,00
25	QUADRO 2,5CV	QUADRO COMANDO BOX 2,5CV MONOFÁSICO 220V; COMPOSTO POR ARMÁRIO TERMOPLÁSTICO, RELE DE SOBRECARGA, INTERRUPTOR E CAPACITOR PERMANENTE.	100	UNID		198,65	19.865,00
26	QUADRO 3,0CV	QUADRO COMANDO BOX 3,0CV MONOFÁSICO 220V; COMPOSTO POR ARMÁRIO TERMOPLÁSTICO, RELE DE SOBRECARGA, INTERRUPTOR E CAPACITOR PERMANENTE.	60	UNID		343,84	20.630,40
27	CAPACITOR 270-324	CAPACITOR ELETROLITICO 270-324 220V; PARA PARTIDA DE MOTORES ELÉTRICOS MONOFASICO E TRIFASICO.	20	UNID		83,00	1.660,00
28	CAPACITOR 380	CAPACITOR PERMANENTE 380V 60 HZ, TENSAO NOMINAL A.	15	UNID		63,01	945,15
29	CAPACITOR 25	CAPACITOR PERMANENTE 25UF	200	UNID		47,40	9.480,00
30	CAPACITOR 30	CAPACITOR PERMANENTE 30UF	200	UNID		52,21	10.442,00
31	CAPACITOR 60	CAPACITOR PERMANENTE 60UF	200	UNID		74,21	14.842,00
32	DISJUNTOR MONO 25	DISJUNTOR MONOFÁSICO 25 AMP	10	UNID		32,40	324,00
33	DISJUNTOR MONO 32	DISJUNTOR MONOFÁSICO 32 AMP	10	UNID		34,79	347,90
34	DISJUNTOR MONO 40	DISJUNTOR MONOFÁSICO 40 AMP	10	UNID		35,28	352,80

35	DISJUNTOR MONO 63	DISJUNTOR MONOFÁSICO 63 AMP	10	UNID		28,41	284,10
36	DISJUNTOR BIPOLAR 16	DISJUNTOR BIPOLAR 16 AMP	10	UNID		31,89	318,90
37	DISJUNTOR BIPOLAR 25	DISJUNTOR BIPOLAR 25 AMP	10	UNID		33,12	331,20
38	DISJUNTOR BIPOLAR 32	DISJUNTOR BIPOLAR 32 AMP	10	UNID		35,14	351,40
39	DISJUNTOR BIPOLAR 40	DISJUNTOR BIPOLAR 40 AMP	10	UNID		52,99	529,90
40	DISJUNTOR TRIPOLAR 40	DISJUNTOR TRIPOLAR 40 AMP	10	UNID		51,51	515,10
41	DISJUNTOR TRIPOLAR 60	DISJUNTOR TRIPOLAR 60 AMP	10	UNID		63,20	632,00
42	DISJUNTOR TRIPOLAR 100	DISJUNTOR TRIPOLAR 100 AMP	10	UNID		125,81	1.258,10
43	RELÊ NIVEL 220	RELÊ DE NIVEL 220V	10	UNID		148,65	1.486,50
44	RELÊ NIVEL 380	RELÊ DE NIVEL 380V	10	UNID		155,33	1.553,30
45	RELÊ NIVEL 440	RELÊ DE NIVEL 440V	10	UNID		190,65	1.906,50
46	RELÊ TEMPO 220	RELÊ DE TEMPO 220V, FAIXA DE AJUSTE 5 S	10	UNID		179,45	1.794,50
47	RELÊ TEMPO 440	RELÊ DE TEMPO 5 S 440V	10	UNID		169,70	1.697,00
48	RELÊ FALTA FASE	RELÊ FALTA DE FASES, TRIFÁSICO, 220/240V	10	UNID		181,56	1.815,60
49	RELÊ TERMICO 17- 25	RELÊ TERMICO 17-25A	10	UNID		93,25	932,50
50	RELÊ TERMICO 37- 50	RELÊ TERMICO 37-50A	8	UNID		322,10	2.576,80
51	RELÊ TERMICO 55- 70	RELÊ TERMICO 55-70A	8	UNID		455,43	3.643,44
52	RELÊ FOTOELÉTRICO	RELÊ FOTOELÉTRICO RF 10A/240V	5	UNID		43,30	216,50
53	RELÊ TPC	RELÊ TIPO TPC	200	UNID		52,74	10.548,00
54	TERMINAL	TERMINAL FEMEA LATÃO FIO 1.0-2,5MM SERIE 6,3	800	UNID		0,41	328,00
55	BLOCO TEMPORIZADOR	BLOCO TEMPORIZADOR ELETRÔNICO 220V 60HZ	10	UNID		164,27	1.642,70
56	VOLTIMETRO	VOLTIMETRO 0/500V	20	UNID		101,30	2.026,00
57	FITA ISOLANTE	FITA ISOLANTE ELETRICA, 20M	200	UNID		17,30	3.460,00
58	FITA AUTOFUSÃO	FITA ISOLANTE ELETRICA, AUTOFUSÃO 10M	100	UNID		21,64	2.164,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							223.960,67

LOTE 03 - AQUISIÇÃO DE MOTORES E BOMBAS ELETRICAS

PARTICIPAÇÃO AMPLA

QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	BOMBEADOR 0,5CV	BOMBEADOR SUBMERSO 0,5CV 220V 4 POLEGADAS HMT MÍNIMO DE 17,5M E MÁXIMO 120,5M VAZÃO ATÉ 1.9MIL L/H.	01	UNID		1.219,02	1.219,02
02	BOMBEADOR 1,0CV	BOMBEADOR SUBMERSO 1,0CV 220V 4 POLEGADAS HMT MÍNIMO DE 35M E MÁXIMO 78M VAZÃO ATÉ 2,5MIL L/H.	01	UNID		1.043,83	1.043,83
03	BOMBEADOR 1,5CV	BOMBEADOR SUBMERSO 1,5CV 220V 4 POLEGADAS HMT MÍNIMO DE 35M E MÁXIMO 78M VAZÃO ATÉ 3,5MIL L/H	01	UNID		1.247,72	1.247,72
04	BOMBEADOR 2,0CV	BOMBEADOR SUBMERSO 2,0CV 220V 4 POLEGADAS HMT MÍNIMO DE 62,9M E MÁXIMO 97M VAZÃO ATÉ 3 MIL L/H	01	UNID		1.196,14	1.196,14
05	BOMBEADOR 2,0CV	BOMBEADOR SUBMERSO 2,0CV 220V 4 POLEGADAS HMT MÍNIMO 63M E MÁXIMO 98M VAZÃO ATÉ 4MIL L/H	01	UNID		1.293,20	1.293,20
06	BOMBEADOR 3,0CV	BOMBEADOR SUBMERSO 3,0CV 220V 4 POLEGADAS HMT MÍNIMO DE 65M E MÁXIMO 110M VAZÃO ATÉ 4.5MIL L/H	01	UNID		1.378,30	1.378,30
07	BOMBEADOR 3,0CV	BOMBEADOR SUBMERSO 3,0CV 220V 4 POLEGADAS HMT MÍNIMO DE 70,8M E MÁXIMO 115,4M VAZÃO ATÉ 5MIL L/H	01	UNID		1.447,50	1.447,50
08	BOMBEADOR 4,0CV	BOMBEADOR SUBMERSO 4CV EM Fº Fº E BRONZE 4 POLEGADAS HMT MÍNIMO DE 37M E MÁXIMO 79M VAZÃO ATÉ 17 MIL L/H	01	UNID		4.318,61	4.318,61
09	BOMBEADOR 5,0CV	BOMBEADOR SUBMERSO 5,0CV 220V 4 POLEGADAS HMT MÍNIMO DE 50M E MÁXIMO 135M VAZÃO ATÉ 13MIL L/H	01	UNID		3.277,70	3.277,70
10	BOMBEADOR 6,0CV	BOMBEADOR SUBMERSO 6CV EM Fº Fº E BRONZE 4 POLEGADAS HMT MÍNIMO DE 55M E MÁXIMO 112M VAZÃO ATÉ 17MIL L/H	01	UNID		6.179,08	6.179,08
11	BOMBEADOR 7,0CV	BOMBEADOR SUBMERSO 7,0CV 220V HMT MÍNIMO DE 38M E MÁXIMO 104M VAZÃO 25.000L/H	01	UNID		3.434,33	3.434,33
12	BOMBEADOR 13CV	BOMBEADOR SUBMERSO 13CV 220V 6 POLEGADAS	01	UNID		6.866,66	6.866,66
13	MOTOR 0,5CV	MOTOR PARA BOMBA SUBMERSO 0,5CV 220V	05	UNID		1.986,66	9.933,30
14	MOTOR 1,0CV	MOTOR PARA BOMBA SUBMERSO 1,0CV 220V	05	UNID		2.096,48	10.482,40
15	MOTOR 1,5CV	MOTOR PARA BOMBA SUBMERSO 1,5CV 220V	08	UNID		2.098,50	16.788,00
16	MOTOR 2,0CV	MOTOR PARA BOMBA SUBMERSO 2,0CV 220V	05	UNID		2.673,17	13.365,85
17	MOTOR 2,5CV	MOTOR PARA BOMBA SUBMERSO 2,5CV 220V REFRIGERAÇÃO A ÁGUA	02	UNID		3.699,50	7.399,00
18	MOTOR 3,0CV	MOTOR PARA BOMBA SUBMERSO 3,0CV 220V	02	UNID		3.336,67	6.673,34
19	MOTOR 4,0CV	MOTOR PARA BOMBA SUBMERSO 4,0CV 220V REFRIGERAÇÃO A ÁGUA	02	UNID		4.279,89	8.559,78
20	MOTOR 5,0CV	MOTOR PARA BOMBA SUBMERSO 5,0CV 220V REFRIGERAÇÃO A ÁGUA	01	UNID		4.685,04	4.685,04
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							110.788,80

LOTE 04 - SERVIÇO DE PERFURAÇÃO E LIMPEZA DE POÇOS TUBULARES

PARTICIPAÇÃO AMPLA							
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	SERVIÇO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	PERFURAÇÃO	PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR	1.200	MTS	-	121,07	145.284,00
02	LIMPEZA	SERVIÇO DE LIMPEZA EM POÇO TUBULAR	400	MTS	-	74,99	29.996,00
03	REVESTIMENTO	SERVIÇO DE REVESTIMENTO POÇO TUBULAR COM TUBO	450	MTS	-	134,40	60.480,00
04	LOCAÇÃO GEOLÓGICA	SERVIÇO LOCAÇÃO GEOLÓGICA	10	UND	-	1.648,26	16.482,60
05	TESTE VAZÃO	SERVIÇO TESTE DE VAZÃO 12HS	10	UND	-	1.666,66	16.666,60
06	FILTRO GEOTÉCNICO	FILTRO GEOTÉCNICO 125MM	240	MTS	-	127,44	30.585,60
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							299.494,80

LOTE 05 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO - CONJUNTO DE MOTOBOMBA SUBMERSO 0.5CV MONO							
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME e EPP (LC 123/2006)							
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	KIT ROTOR	KIT ROTOR, DIFUSOR E BUCHA GUIA 4R3, PARA MOTOR 0.5CV.	7	KIT		101,00	707,00
02	CRIVO	CRIVO, PARA MOTOR 0.5CV.	1	UNID		27,66	27,66
03	BUCHA DESGASTE	BUCHA DESGASTE 18X17MM.	1	UNID		40,37	40,37
04	ACOPLAMENTO	ACOPLAMENTO, PARA MOTOR 0.5CV.	1	UNID		74,95	74,95
05	ROLAMENTO	ROLAMENTO 6203.	2	UNID		38,93	77,86
06	CONECTOR INTERNO	CONECTOR INTERNO MOTOR OP4	1	UNID		60,79	60,79
07	SELO	SELO MECANICO T11	1	UNID		53,33	53,33
08	DIAFRAGMA	DIAFRAGMA	1	UNID		139,14	139,14
09	VASELINA	VASELINA	1	POTE		39,87	39,87
10	REBOBINAMENTO DE MOTOR	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO MOTOR 0.5CV	1	SERV	-	407,07	407,07
11	SERVIÇO BOMBEADOR	SERVIÇO TÉCNICO DE BOMBEADOR	1	SERV	-	171,66	171,66
12	SERVIÇO EM MOTOR	SERVIÇO TÉCNICO EM MOTOR 0.5CV	1	SERV	-	144,15	144,15
13	SERVIÇO TORNO EIXO	SERVIÇO DE TORNO EM EIXO DE BOMBEADOR	1	SERV	-	143,66	143,66
14	SERVIÇO TORNO EM BOMBEADOR	SERVIÇO DE TORNO EM BOMBEADOR	1	SERV	-	146,66	146,66

VALOR TOTAL DO LOTE R\$	2.234,17
-------------------------	----------

LOTE 06 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO - CONJUNTO DE MOTOBOMBA SUBMERSO 0.75CV MONO							
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME e EPP (LC 123/2006)							
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	KIT ROTOR	KIT ROTOR, DIFUSOR E BUCHA GUIA 4R3, PARA MOTOR 0.75CV.	9	KIT		101,00	909,00
02	CRIVO	CRIVO, PARA MOTOR 0.75CV.	1	UNID		27,66	27,66
03	BUCHA DESGASTE	BUCHA DESGASTE 18X17MM.	1	UNID		40,37	40,37
04	ACOPLAMENTO	ACOPLAMENTO, PARA MOTOR 0.75CV.	1	UNID		74,95	74,95
05	ROLAMENTO	ROLAMENTO 6203.	2	UNID		38,93	77,86
06	CONECTOR INTERNO	CONECTOR INTERNO MOTOR OP4	1	UNID		60,79	60,79
07	SELO	SELO MECANICO T11	1	UNID		53,33	53,33
08	DIAFRAGMA	DIAFRAGMA	1	UNID		139,14	139,14
09	VASELINA	VASELINA	1	POTE		44,87	44,87
10	REBOBINAMENTO DE MOTOR	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO MOTOR 0.75CV	1	SERV	-	488,33	488,33
11	SERVIÇO BOMBEADOR	SERVIÇO TÉCNICO DE BOMBEADOR	1	SERV	-	181,66	181,66
12	SERVIÇO EM MOTOR	SERVIÇO TÉCNICO EM MOTOR 0.75CV	1	SERV	-	154,15	154,15
13	SERVIÇO TORNO EIXO	SERVIÇO DE TORNO EM EIXO DE BOMBEADOR	1	SERV	-	143,66	143,66
14	SERVIÇO TORNO EM BOMBEADOR	SERVIÇO DE TORNO EM BOMBEADOR	1	SERV	-	146,66	146,66
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							2.542,43

LOTE 07 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO - CONJUNTO DE MOTOBOMBA SUBMERSO 1.0CV MONO							
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME e EPP (LC 123/2006)							
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	KIT ROTOR	KIT ROTOR, DIFUSOR E BUCHA GUIA 4R3, PARA MOTOR 1.0CV.	11	KIT		101,00	1.111,00
02	CRIVO	CRIVO, PARA MOTOR 1.0CV.	1	UNID		27,66	27,66
03	BUCHA DESGASTE	BUCHA DESGASTE 18X17MM.	1	UNID		40,37	40,37
04	ACOPLAMENTO	ACOPLAMENTO, PARA MOTOR 1.0CV.	1	UNID		74,95	74,95

05	ROLAMENTO	ROLAMENTO 6203.	2	UNID		38,93	77,86
06	CONECTOR INTERNO	CONECTOR INTERNO MOTOR OP4	1	UNID		60,79	60,79
07	SELO	SELO MECANICO T11	1	UNID		53,33	53,33
08	DIAFRAGMA	DIAFRAGMA	1	UNID		139,14	139,14
09	VASELINA	VASELINA	1	POTE		44,87	44,87
10	REBOBINAMENTO DE MOTOR	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO MOTOR 1.0CV	1	SERV	-	498,33	498,33
11	SERVIÇO BOMBEADOR	SERVIÇO TÉCNICO DE BOMBEADOR	1	SERV	-	181,66	181,66
12	SERVIÇO EM MOTOR	SERVIÇO TÉCNICO EM MOTOR 1.0CV	1	SERV	-	154,15	154,15
13	SERVIÇO TORNO EIXO	SERVIÇO DE TORNO EM EIXO DE BOMBEADOR	1	SERV	-	143,66	143,66
14	SERVIÇO TORNO EM BOMBEADOR	SERVIÇO DE TORNO EM BOMBEADOR	1	SERV	-	146,66	146,66
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							2.754,43

LOTE 08 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO - CONJUNTO DE MOTOBOMBA SUBMERSO 1.5CV MONO							
<u>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME e EPP (LC 123/2006)</u>							
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	KIT ROTOR	KIT ROTOR, DIFUSOR E BUCHA GUIA 4R3, PARA MOTOR 1.5CV.	17	KIT		101,00	1.717,00
02	CRIVO	CRIVO, PARA MOTOR 1.5CV.	1	UNID		27,66	27,66
03	BUCHA DESGASTE	BUCHA DESGASTE 18X17MM.	1	UNID		40,37	40,37
04	ACOPLAMENTO	ACOPLAMENTO, PARA MOTOR 1.5CV.	1	UNID		74,95	74,95
05	ROLAMENTO	ROLAMENTO 6203.	2	UNID		38,93	77,86
06	CONECTOR INTERNO	CONECTOR INTERNO MOTOR OP4	1	UNID		60,79	60,79
07	SELO	SELO MECANICO T11	1	UNID		53,33	53,33
08	DIAFRAGMA	DIAFRAGMA	1	UNID		139,14	139,14
09	VASELINA	VASELINA	1	POTE		44,87	44,87
10	REBOBINAMENTO DE MOTOR	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO MOTOR 1.5CV	1	SERV	-	527,87	527,87
11	SERVIÇO BOMBEADOR	SERVIÇO TÉCNICO DE BOMBEADOR	1	SERV	-	181,66	181,66
12	SERVIÇO EM MOTOR	SERVIÇO TÉCNICO EM MOTOR 1.5CV	1	SERV	-	154,15	154,15

13	SERVIÇO TORNO EIXO	SERVIÇO DE TORNO EM EIXO DE BOMBEADOR	1	SERV	-	143,66	143,66
14	SERVIÇO TORNO EM BOMBEADOR	SERVIÇO DE TORNO EM BOMBEADOR	1	SERV	-	146,66	146,66
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							3.389,97

LOTE 09 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO - CONJUNTO DE MOTOBOMBA SUBMERSO 2.0CV MONO							
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME e EPP (LC 123/2006)							
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	KIT ROTOR	KIT ROTOR, DIFUSOR E BUCHA GUIA 4R4, PARA MOTOR 2.0CV.	18	KIT		101,00	1.818,00
02	CRIVO	CRIVO, PARA MOTOR 2.0CV.	1	UNID		27,66	27,66
03	BUCHA DESGASTE	BUCHA DESGASTE 18X17MM.	1	UNID		40,37	40,37
04	ACOPLAMENTO	ACOPLAMENTO, PARA MOTOR 2.0CV.	1	UNID		74,95	74,95
05	ROLAMENTO	ROLAMENTO 6203.	2	UNID		38,93	77,86
06	CONECTOR INTERNO	CONECTOR INTERNO MOTOR OP4	1	UNID		60,79	60,79
07	SELO	SELO MECANICO T11	1	UNID		53,33	53,33
08	DIAFRAGMA	DIAFRAGMA	1	UNID		139,14	139,14
09	VASELINA	VASELINA	1	POTE		44,87	44,87
10	REBOBINAMENTO DE MOTOR	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO MOTOR 2.0CV.	1	SERV	-	645,83	645,83
11	SERVIÇO BOMBEADOR	SERVIÇO TÉCNICO DE BOMBEADOR	1	SERV	-	188,33	188,33
12	SERVIÇO EM MOTOR	SERVIÇO TÉCNICO EM MOTOR 2.0CV.	1	SERV	-	160,82	160,82
13	SERVIÇO TORNO EIXO	SERVIÇO DE TORNO EM EIXO DE BOMBEADOR	1	SERV	-	143,66	143,66
14	SERVIÇO TORNO EM BOMBEADOR	SERVIÇO DE TORNO EM BOMBEADOR	1	SERV	-	146,66	146,66
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							3.622,27

LOTE 10 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO - CONJUNTO DE MOTOBOMBA SUBMERSO 3.0CV MONO							
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME e EPP (LC 123/2006)							
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	KIT ROTOR	KIT ROTOR, DIFUSOR E BUCHA GUIA 4R5, PARA MOTOR 3.0CV.	18	KIT		101,00	1.818,00

02	CRIVO	CRIVO, PARA MOTOR 3.0CV.	1	UNID		27,66	27,66
03	BUCHA DESGASTE	BUCHA DESGASTE 18X17MM.	1	UNID		40,37	40,37
04	ACOPLAMENTO	ACOPLAMENTO, PARA MOTOR 3.0CV.	1	UNID		74,95	74,95
05	ROLAMENTO	ROLAMENTO 6203.	1	UNID		38,93	38,93
06	ROLAMENTO	ROLAMENTO 7203.	2	UNID		86,92	173,84
07	CONECTOR INTERNO	CONECTOR INTERNO MOTOR OP4	1	UNID		60,79	60,79
08	SELO	SELO MECANICO T11	1	UNID		53,33	53,33
09	DIAFRAGMA	DIAFRAGMA	1	UNID		139,14	139,14
10	VASELINA	VASELINA	1	POTE		44,87	44,87
11	REBOBINAMENTO DE MOTOR	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO MOTOR 3.0CV.	1	SERV	-	702,38	702,38
12	SERVIÇO BOMBEADOR	SERVIÇO TÉCNICO DE BOMBEADOR	1	SERV	-	188,33	188,33
13	SERVIÇO EM MOTOR	SERVIÇO TÉCNICO EM MOTOR 3.0CV.	1	SERV	-	160,82	160,82
14	SERVIÇO TORNO EIXO	SERVIÇO DE TORNO EM EIXO DE BOMBEADOR	1	SERV	-	153,66	153,66
15	SERVIÇO TORNO EM BOMBEADOR	SERVIÇO DE TORNO EM BOMBEADOR	1	SERV	-	156,66	156,66
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							3.833,73

VALOR GLOBAL DOS LOTES R\$	(oitocentos e dezoito mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos)	818.467,80
-----------------------------------	---	-------------------

ANEXO IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o n.º 13.782.461/0001-05, com sede na Rua Dr. Vital Soares, n.º 268, 1º andar, Centro, Macaúbas, Estado da Bahia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Exm.º Sr. Aloisio Miguel Rebonato, inscrito no CPF sob o n.º 784.492.517-53, e portador do RG n.º 529167 SSP/ES, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2022 - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**, bem como a classificação das propostas, do processo Administrativo **XXX/2022**, RESOLVE registrar os preços nos termos do Art. 15 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, das empresas abaixo listadas, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, regida pela Lei Federal n.º. 10.520/2002 pelo no Decreto n.º 0067/2018, de 21 de agosto de 2018 e pela Lei Federal no 8.666/93 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro dos preços para a **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, conforme especificado nos anexos do edital **PEXXX/2022** e do **Processo Administrativo nº XXX/2022** com as seguintes empresas:

EMPRESA - XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - Nº CNPJ - XXXXXXXXX

REPRESENTANTE LEGAL: XXXXXXXX - CPF nº XXXXXXXXX

TELEFONE(S) Nº

EMAIL(S):

VALOR:

Parágrafo primeiro: O objeto desta Ata deverá estar de acordo com as condições e características contidas no processo licitatório **Pregão Eletrônico nº XXX/2022 e seu respectivo Termo de Referencia**, com a proposta da Empresa; a Lei Federal n.º. 8.666/93; com as cláusulas desta ata e demais leis pertinentes.

Parágrafo Segundo: Após assinar a Ata de Registro de Preços, o licitante deverá manter sua condição de habilitação e propostas durante o período de vigência da mesma, apresentando para a Administração as certidões que vencerem no decurso dos 12 (doze) meses.

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços relativa ao **PEXXX/2022** terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação, conforme inciso III, § 3º do art. 15 da Lei n.º 8.666/93 e nos contratos dela decorrentes serão observadas as disposições contidas no art. 57, da Lei 8666/93.

CLÁUSULA III - DO PREÇO

Os preços para o fornecimento dos produtos são os constantes das planilhas anexas a ata, entendidos como justos e suficientes para a total execução do objeto.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - A partir da assinatura desta ata de registro de preços, o licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, bem como daquelas previstas no Termo de Referência.

II - A existência da Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de outras licitações para aquisição dos mesmos produtos, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

III - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante a retirada da nota de empenho.

IV - O fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ata de registro de preços, desde que não ultrapassem a estimativa de consumo anual estabelecida na proposta financeira.

V - Quando, por motivo superveniente, o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado a Administração tomará as seguintes providências:

- a) convocará o fornecedor visando a negociação para redução dos preços e sua adequação aos praticados no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocarão os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

VI - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

VII - O preço registrado poderá ser cancelado nos seguintes casos:

1 - Pela Administração, quando:

- a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços;
- b) o fornecedor não retirar o instrumento equivalente (nota de empenho) no prazo estabelecido, desde que não aceite sua justificativa pela Administração;
- c) o fornecedor der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f) por razões de interesse público, devidamente fundamentado.
- g) comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº. 8.666/93.

2 - Pelo fornecedor quando:

Mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem a Ata de Registro de Preços.

VIII - A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao registro de preços.

IX - A solicitação do fornecedor para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

X - O segundo classificado só poderá fornecer à Administração quando houver se esgotado a capacidade de fornecimento do primeiro.

XI - O detentor ficará obrigado a atender todas as ordens de fornecimento emitidas durante a vigência da ata de registro de preços, mesmo se a entrega dela decorrente for prevista para data posterior ao vencimento da ata.

CLÁUSULA V - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

OBS . : Os recursos financeiros para pagamento da despesa decorrente do objeto do contrato ficarão por indicação do setor contábil, no momento da contratação.

CLÁUSULA VI - DA REVISÃO DOS PREÇOS

I - A qualquer tempo o preço registrado poderá ser revisto, nas hipóteses de redução do preço praticado no mercado ou quando houver, comprovadamente, necessidade de se manter o equilíbrio econômico financeiro desde que não haja obrigação pendente, em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

II - Havendo alteração de preços tabelados por órgãos oficiais competentes, os preços poderão ser reajustados de conformidade com as modificações ocorridas.

III - Na hipótese de redução do preço praticado no mercado, a Administração fica obrigada a convocar os fornecedores registrados para renegociar o novo valor.

IV - Em qualquer caso, a revisão do preço registrado não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO

I. Fornecidos os materiais, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal (is) /fatura(s), emitida(s) para fins de protocolização, liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

- a) Ofício encaminhando a(s) Nota(s) Fiscal (is) para registro no Setor de Protocolo.
- b) Certidão Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- c) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF.
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), demonstrando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da Lei nº 11.440, de 7 de julho de 2010.
- e) Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio sede do licitante.

II. O pagamento devido à Contratada será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega do material com a nota fiscal/fatura atestada, emitida em nome da Contratante, no valor e condições estabelecidas neste termo.

III. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações acima especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

IV. Para efeito de pagamento, serão computados apenas os quantitativos efetivamente fornecidos, aceitos e aprovados pela Município.

CLÁUSULA VIII - DA ENTREGA – LOCAL, PRAZOS E CONDIÇÕES

8.1. Os bens/serviços serão entregues conforme discriminado abaixo:

8.1.1. PARCELADAMENTE e impreterivelmente, no prazo de até (xx) dias (conforme termo de referência), contados do recebimento da ordem de fornecimento;

8.1.2 Os bens deverão ser entregues ----- (conforme termo de referência),

8.1.3. A ordem de fornecimento será emitida pelo Setor de Compras de Macaúbas.

8.2. A forma de entrega prestigia o planejamento da Secretaria solicitante, mantendo estoque mínimo, sistema similar ao “just in time”, que prevê a entrega parcelada do material, evitando acúmulo no almoxarifado, desgaste do objeto devido a fatores naturais como poeira e umidade.

8.3. Todos os produtos deverão atender rigorosamente às especificações solicitadas no Edital e seus Anexos. A entrega fora das especificações indicadas implicará na recusa por parte da Secretaria, que os colocará à disposição do fornecedor para substituição;

8.4. Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante as operações de transporte, carga e descarga, assinalando-se nas embalagens a procedência e demais características que os identifiquem e os qualifiquem;

8.5. Não serão aceitos produtos cujo acondicionamento apresente sinais de violação;

8.6. A reparação ou substituição do produto deverá ocorrer no prazo máximo de 03 (três) dias úteis sobre a recusa dos mesmos. Esgotado esse prazo, a empresa será considerada em atraso e sujeita às penalidades cabíveis.

8.7. No local de entrega, o Coordenador de Material e Patrimônio fará o RECEBIMENTO PROVISÓRIO dos materiais, devendo verificar sua conformidade com o discriminado na Nota Fiscal e a data da entrega.

CLÁUSULA IX - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DA ATA

O fornecedor garante que o objeto será entregue no prazo e qualidade contidos no processo licitatório, nas quantidades solicitadas na respectiva nota de empenho e no presente Instrumento.

CLÁUSULA X - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

Parágrafo primeiro - DOS DIREITOS

Constitui direito de o Município receber o objeto desta ata quando for solicitado, nas condições avençadas no Termo de Referência (Anexo I do edital), e do fornecedor perceber o valor ajustado na forma e prazos convencionados.

Parágrafo segundo - DAS OBRIGAÇÕES

I – Além daquelas previstas no Termo de referência, também constituem obrigações do Município:

a) efetuar o pagamento ajustado; e

b) dar ao fornecedor as condições necessárias a regular execução das obrigações assumidas.

II - Além daquelas previstas no Termo de referência, também constituem obrigações do fornecedor:

- a) Manter durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- b) Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução da presente ata;
- c) Entregar o objeto desta ata, conforme convencionado, sem qualquer encargo ou despesa para o Município de MACAÚBAS.
- d) Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, de forma parcelada, de acordo com as quantidades indicadas na Ordem de Fornecimento, com as especificações constantes no presente Termo, dentro do prazo máximo estabelecido, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho emitida pela PMM.
- e) Deve conter características marca, qualidade, composição, data de fabricação, peso, validade da garantia. Quando se tratar de material de origem estrangeira as informações deverão estar em língua portuguesa, conforme prescreve o art. 31 da Lei 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.
- f) Substituir os produtos fornecidos em desacordo com a proposta de preços e as especificações constantes do objeto deste Termo, ou que porventura sejam entregues com defeitos, e em desacordo ou com imperfeições, cabendo ao licitante vencedor providenciar a reposição, em no máximo 05 (Cinco) dias, sem ônus para o PMM.
- g) Comunicar, antecipadamente, a data e o horário da entrega, não sendo aceito o produto que estiver em desacordo com as especificações constantes deste Termo.
- h) Dar ciência ao PMM, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da entrega dos produtos.
- i) Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao PMM, ou ainda a terceiros, na execução do objeto deste Termo e da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pela PMM.
- j) Manter, durante todo o período de entrega, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, quando da realização do pagamento pela PMM, comunicando, imediatamente, a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessa condição, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- k) Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.
- l) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a esta Prefeitura ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeitas.
- m) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela PMM.

CLÁUSULA XI - DA INEXECUÇÃO DA ATA

O fornecedor reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa, previstos no Art. 77 da Lei Federal nº. 8666/93.

CLÁUSULA XII - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

I - Havendo descumprimento de qualquer uma das condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I) e nesta Ata de Registro de Preços, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos art. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº. 8.666/93, e conforme as disposições seguintes:

12.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Macaúbas, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato/ata de registro de preços e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

12.1.1 Apresentar documentação falsa;

12.1.2 Fraudar a execução do contrato;

12.1.3 Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.4 Cometer fraude fiscal; ou

12.1.5 Fizer declaração falsa.

12.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de **retardamento**, de **falha na execução** do contrato ou de **inexecução parcial** ou de **inexecução total** do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens "12.4" a "12.12", e nas tabelas 1 e 2 abaixo, com as seguintes penalidades:

12.2.1 **Advertência**;

12.2.2 **Suspensão** temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Macaúbas, por prazo não superior a dois anos;

12.2.3 **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

12.2.4 **Impedimento de licitar** e contratar com o Município de Macaúbas, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos;

12.3. Configurar-se-á a **inexecução total**, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 30 (trinta) dias contados da data estipulada para início da execução contratual;

12.4. No caso de **inexecução total** do objeto a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato;

12.5. Configurar-se-á o **retardamento da execução**, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA, sem causa justificada, deixar de iniciar, a qualquer tempo, a execução do contrato ou atrasar a entrega do objeto definido no contrato;

12.6. No caso de cometimento das infrações elencadas no item acima, a CONTRATADA poderá ser sancionada com multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, até o limite de 20% (vinte por cento);

12.7. Configurar-se-á a **inexecução parcial** do objeto, entre outras hipóteses, quando decorridos 20 (vinte) dias do término do prazo estabelecido para a execução do contrato, houver fornecimento do objeto pela CONTRATADA, mas não em sua totalidade;

12.8. No caso de inexecução parcial do objeto a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

12.9. O contrato será rescindido unilateralmente pela Administração, nos casos de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, sem prejuízo da aplicação das sanções nele previstas e em legislação específica;

12.10. A **falha na execução** do contrato estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em qualquer das situações previstas na tabela 2 do item 15.12 a seguir:

12.11. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA % do valor total do Contrato
1	1%
2	2%
3	3%

Tabela 2

Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços/fornecimentos.	1	Por empregado e por dia
2	Fornecer informação falsa de serviço/fornecimento ou substituição de material licitado por outro de qualidade inferior	2	Por ocorrência
4	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
5	Recusar-se a executar serviço/fornecimento determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado;	3	Por ocorrência
6	Permitir, por dolo ou culpa, situação que crie ou aumente os riscos de ocorrência de danos físicos, lesões corporais ou consequências letais.	3	Por ocorrência
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
7	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2	Por empregado e por dia
8	Manter a documentação de habilitação atualizada.	2	Por item e por ocorrência
9	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus empregados.	1	Por ocorrência
10	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
11	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
12	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida na Cláusula Décima – DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL.	2	Por ocorrência e por dia de atraso
13	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia de atraso
14	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	2	Por empregado e por ocorrência
15	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência

12.12. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;

12.13. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

12.14. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, aquela será encaminhada para inscrição em dívida ativa;

12.15. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo primeiro: Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurado a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo segundo: A aplicação da penalidade de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA XIII - Disposições Gerais

I - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. XXX/2022**, seus anexos e as propostas classificadas.

II - Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

III - Observados os critérios e condições estabelecidas na presente Ata, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração, observadas as condições do Edital e o Preço Registrado.

IV - O Registro de Preços poderá ser cancelado ou suspenso pela Administração, por interesse público ou por fatos supervenientes, desde que amplamente justificado, sem que caibam quaisquer direito ou indenização.

CLÁUSULA XIV - Foro

I - Fica eleito o foro da comarca de Macaúbas como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciado as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

II - E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 02 vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surtam todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Macaúbas, BA, em ____ de _____ de _____

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
EMPRESA CLASSIFICADA

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0xx-2022-DIR.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0xx-2022.

TERMO DE CONTRATO Nº 0xx-2022.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o n.º 13.782.461/0001-05, com sede na Rua Dr. Vital Soares, n.º 268, 1º andar, Centro, Macaúbas, Estado da Bahia, neste ato representado pelo(s) Ordenador(es) de Despesas, Exmo(s). Sr(s).º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF sob o n.º xxxxxxxxxxxxxx, e portador do RG n.º xxxxxxxxxxxx, doravante denominada **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa, xxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CEP xxx inscrita do CNPJ/MF, sob o nº xxxxxxxxxxxxxx, aqui representada pelo xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro, >>>>>>>>, inscrito no CPF sob o nº >>>>>>>>>>>>, RG nº >>>>>>>>, residente e domiciliado à >>>>>>>>>>>> CEP >>>>>>>>>>>> aqui denominado **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente contrato, sob o regime de execução indireta por preço global, nos termos do procedimento licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX-2021**, observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto Federal nº 5.450/2005, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e suas alterações, pelo Decreto nº 0067/2018, de 21 de agosto de 2018, e com fundamento nas disposições e princípios gerais estatuídos pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, na forma e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme especificações e quantitativos indicados no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº xxx-2022** e relacionados nas planilhas contidas nos Anexos do **PREGÃO Nº xxx-2021** e na proposta vencedora.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE PÚBLICA A SER ATENDIDA

2.1. O presente Contrato visa a atender finalidade pública, sendo xxx..

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. O presente instrumento regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado, em conformidade com o que estatui a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações, e Lei Federal nº 10.520/2002, sendo que os documentos indispensáveis à contratação estão elencados no **Edital do Processo Licitatório nº 0xx-2022 – modalidade – Pregão Eletrônico nº xxx**, que é parte integrante deste instrumento.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VINCULAÇÃO

4.1. O presente Contrato vincula-se aos termos do **Processo Administrativo nº xxx**, especialmente:

4.1.1. Ao Edital nº xx-2022, com base no art. 55, inciso XI, da Lei Federal nº 8.666/93;

4.1.2. Ao parecer jurídico, emitido por assessoramento jurídico da Administração Municipal;

4.1.3. Ao parecer do Controle Interno, emitido pelo Controlador Geral deste Município.

4.2. Ainda constitui parte integrante deste contrato todos os documentos e instruções que compõem o **Pregão nº xx/2022**, completando o presente instrumento para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição, obrigando-se as partes em todos os seus termos.

4.3. Ficam também fazendo parte deste CONTRATO, as normas vigentes, as instruções, a Ordem de Fornecimento e, mediante aditamento, qualquer modificação que venha ser necessária durante sua vigência.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 5.1. A execução do presente contrato será realizada de forma parcelada.
- 5.2. A Prefeitura Municipal de Macaúbas pagará apenas por aqueles produtos efetivamente entregues ou serviços efetivamente executados e previamente autorizados por escrito.
- 5.3. A contratada deverá manter o encarregado de fiscalizar a execução do contrato, a par do andamento dos mesmos, prestando-lhes sempre que necessário, todas as informações solicitadas. Esta fiscalização em hipótese alguma eximirá a contratada das responsabilidades contratuais legais, bem como sobre danos materiais ou pessoais que forem causados ao contratante ou a terceiros, seja por atos ou omissões da empresa, de seu pessoal técnico ou prepostos.
- 5.4. Os bens/serviços deverão ser entregues com base nos parâmetros mínimos estabelecidos neste termo, sendo a qualidade avaliada pelo setor técnico utilizando conhecimentos técnicos e a prática usual no mercado;
- 5.5. A empresa contratada deverá ser obrigada a entregar/prestar os bens, conforme especificação acima e nos termos da ordem de fornecimento emitida;
- 5.6. Os produtos/serviços, objeto desta licitação, deverão estar disponíveis para início do fornecimento a partir da data de assinatura da futura ata de registro de preço;
- 5.7. Fornecer bens/serviços de qualidade, que atendam às necessidades da contratante;
- 5.8. Entrega os equipamentos em plenas condições de uso;
- 5.9. É indispensável que todo produto atenda às especificações técnicas e recomendações das normas vigentes específicas;
- 5.10. Todos os bens deverão ser entregues em embalagem apropriada;
- 5.11. Disponibilizar endereço, números de telefone fixo, telefone móvel, fax e e-mail que possibilitem contato imediato entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA.
- 5.12. Atender aos telefones informados na proposta, no horário de 08:00 às 16:00, bem como responder aos e-mails da fiscalização no prazo máximo de 48 horas úteis, cujo endereço eletrônico também deve ser disponibilizado em proposta. Quando a empresa se eximir em responder a e-mails ou atender aos telefones por 05 (cinco) dias consecutivos, o fiscal deverá certificar em expediente próprio as informações pertinentes, como hora e dia do contato e anexação dos e-mails, solicitando a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade para eventual aplicação de penalidade.
- 5.13. Relatar ao CONTRATANTE a necessidade de quaisquer outros produtos/serviços não constantes no escopo das planilhas individuais de serviços, bem como comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade que venha a afetar o andamento dos trabalhos e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- 5.14. Manter vínculo empregatício formal com seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, bem como por quaisquer acidentes ou mal súbito de que possam ser vítimas, quando em serviço, na forma como a expressão é considerada na legislação trabalhista, ficando ressalvado que a inadimplência da CONTRATADA para com esses encargos não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto desta contratação.
- 5.15. *Comprovar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, a quitação das obrigações trabalhistas;*
- 5.16. Apresentar seus empregados, na execução dos serviços ora contratados, devidamente equipados com equipamentos de proteção individual, uniformizados, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, nome e função, e exigir seu uso em local visível. A CONTRATADA não poderá repassar os custos de quaisquer dos itens de uniforme e dos equipamentos de proteção individual aos seus empregados;
- 5.17. *Cumprir e fazer cumprir as normas de aquisição e as cláusulas contratuais;*
- 5.18. Permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer dia e horário, aos equipamentos, bem como aos registros e documentos de natureza contábil, trabalhista, social e tributária;
- 5.19. Zelar pelas condições plenas de segurança, na forma prescrita pelas normas legais técnicas específicas;
- 5.20. Indicar preposto e responsável técnico, aceito pela Administração, para representá-los na prestação dos serviços, nos termos do artigo 68 da Lei nº 8.666;

- 5.21. Responder, por si ou seus prepostos, pelos danos causados ao Município ou a terceiro, comprometendo-se a acatar as Leis e Regulamentos, quer existentes, quer futuros;
- 5.22. Observar todas as normas gerais técnicas; arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrente do cumprimento das obrigações assumidas sem qualquer ônus à CONTRATANTE;
- 5.23. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E TESTE DE VAZÃO (Lote 04).
- 5.24. Os serviços de limpeza com tratamento químico dos poços tubulares profundos deverão ser acompanhados por Geólogo responsável e também por Químico ou Engenheiro correlato, que responderá pelos tratamentos químicos controlando a dosagem dos produtos de limpeza e desinfecção e coleta de água para análise.
- 5.25. Os serviços de limpeza objetivam remover as partículas sólidas, crostas de argila e óxidos de Ferro e Manganês, que encontram aderidos nas paredes do poço ou obstruindo as entradas de água.
- 5.26. A realização do serviço deverá contemplar os seguintes pontos:
- 5.27. Instalação de equipamento de manutenção;
- 5.28. Retirada do conjunto submersível instalado e vistoria de seus componentes: tubos, luvas, fios, eletrodos, cabos e bomba submersa;
- 5.29. Medição do nível estático e profundidade do poço;
- 5.30. Aplicação de produtos químicos defloculantes/desincrustantes a base de orto-fosfatos e bactericida para eliminação de ferro bactérias nas concentrações adequadas a cada poço.
- 5.31. DEVERÃO SER APRESENTADAS AS FICHAS TÉCNICAS DOS PRODUTOS:
- 5.32. Quando necessário, desobstrução com brocas e caçamba de bombeamento;
- 5.33. Amostragem de materiais obtidos da operação de limpeza acima citada;
- 5.34. Instalação do sistema air-lift até o fundo do poço;
- 5.35. Jateamento, quando necessário, em toda extensão do poço;
- 5.36. Turbilhonamento alternado com bombeamento, até que a água se apresente clara (com PH restabelecido) e sejam removidos os resíduos descolados pela agitação;
- 5.37. Retirada dos tubos de ar e água;
- 5.38. Medição estática da profundidade do poço;
- 5.39. Instalação da bomba de teste superdimensionada;
- 5.40. Execução de teste de vazão contemplando as fases de vazão e rebaixamento máximo por 12 horas com bomba superdimensionada a ser fornecida pela empresa CONTRATADA (Bombas de até 13cv);
- 5.41. Teste de vazão escalonado com 40%, 60 % e 80 % da vazão máxima;
- 5.42. Teste de recuperação de nível por 02 (duas) horas interruptas;
- 5.43. Retirada da bomba de teste;
- 5.44. Reinstalação do conjunto motobomba revisada e testada;
- 5.45. Aplicação de hipoclorito em quantidade e concentrações adequadas às características de cada poço;
- 5.46. Bombeamento para retirar excesso de cloro e regulagem da vazão ideal de operação, bem como regularização do PH da água;
- 5.47. Coleta d'água efetuada por Técnico em Química, Químico ou Engenheiro Responsável para análise físico-química e bacteriológica em atendimento aos parâmetros definidos na Portaria nº. 2914 do Ministério da Saúde (Custos a serem suportados pela SEMOB/PK), quando solicitado;
- 5.48. Desmontagem do equipamento;
- 5.49. Relatório elaborado por Geólogo ou Engenheiro Responsável das operações realizadas, observações diretas e recomendações.
- 5.50. EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E MATERIAIS ENVOLVIDOS (Lote04):
- 5.51. Sondas, caminhões munck e torres desmontáveis;
- 5.52. Tubos galvanizados com diâmetros compatíveis às necessidades de cada poço;
- 5.53. Compressor compatível com as características (profundidades, vazão) de cada poço e processo de limpeza;
- 5.54. Bombas submersíveis superdimensionada para testes de vazão de até 13cv;
- 5.55. Medidor elétrico de nível adequado à profundidade do poço;

- 5.56. Pistões com ou sem válvula de borracha;
- 5.57. Injetores e jateadores;
- 5.58. Caçamba para 4" e 6", e brocas diversas;
- 5.59. Produtos químicos desincrustantes.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

- 6.1. O prazo de vigência do contrato a ser celebrado com a Licitante vencedora será **de até 12 (doze) meses**, a contar de sua assinatura e posterior publicação.
- 6.2. Havendo interesse da Municipalidade, o contrato decorrente desta Licitação poderá ter o seu prazo prorrogado, por meio de aditivo contratual, sempre se observando o prazo estabelecido no art. 57 da Lei 8666/93 e alterações posteriores e a existência de saldo contratual.
- 6.3. As alterações contratuais atenderão ao interesse público, respeitados os direitos do contratado, obedecidas as normas gerais previstas no art. 58 da Lei Federal 8.666/93, incorporando as alterações posteriores.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR

- 7.1. O valor do presente contrato será de **R\$ (xxx)**, conforme definido na proposta apresentada (De acordo com o somatório dos lotes).
- 7.2. Nos preços já estão inclusos todos os custos necessários à execução do serviço/fornecimento do presente contrato, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, deslocamento de pessoal, transporte, garantia dos materiais/ acessórios e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado constante da proposta. Não será permitido, portanto, que tais encargos sejam discriminados em separado.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

- 8.1. A contratante pagará a contratada de acordo com a quantidade efetivamente executada e entregue, em até 30 (trinta) dias após a apresentação das Notas Fiscais correspondentes e depois de atestada pelo Contratante a efetiva satisfação do objeto contratual.
- 8.2. Os valores deverão ser pagos a CONTRATADA através de crédito na Conta **Corrente....., da Agência** Banco....., cidade de.....
- 8.3. A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na Lei Federal nº 4.320/64.
- 8.4. Os pagamentos poderão ser suspensos pelo Município nos seguintes casos:
 - 8.4.1. Não cumprimento das obrigações assumidas que possam de qualquer forma prejudicar a contratante;
 - 8.4.2. Inadimplência de obrigações da contratada para com o Município, por conta do estabelecido no contrato.
- 8.5. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver qualquer pendência de liquidação ou obrigação que lhe for imposta, sem que isto gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção.
- 8.6. A consulta relativa à regularidade fiscal, exigida quando da habilitação, será feita previamente ao pagamento, devendo seu resultado ser juntado aos autos do processo próprio e ficando o efetivo pagamento a ela condicionado.
- 8.7. Fica assegurado ao contratado, na forma do art. 65, II, alínea "d" da Lei 8666/93 e alterações posteriores, estabelecer o equilíbrio financeiro do contrato, desde que devidamente comprovado.
- 8.8. Obriga-se a Contratada, nos termos do art. 55, XIII, da Lei 8666/93 e alterações posteriores, manter-se durante a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações aqui assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação.
- 8.9. Para efeito de pagamento serão computados apenas os quantitativos efetivamente fornecidos.
- 8.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso,

apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

I = $(6 / 100) \times 365 \times N$ = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da Parcela em atraso.

9. CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

9.1. Este contrato poderá ser alterado mediante assentimento das partes através de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ou em decorrência de fatores supervenientes que possam torná-lo inexecutável, poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei 8.666/93, art. 65, inciso I e II.

9.2. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

9.3. Eventual reequilíbrio econômico-financeiro, para restabelecer relação que as partes pactuaram inicialmente sobre os encargos do contratado e a retribuição da Administração, poderá ser solicitado pela contratada, observando o previsto no art. 65, inciso II, d e §5º, da Lei nº 8.666/93:

9.3.1. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

9.4. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento:

9.4.1. Reajuste de preços em sentido estrito: decorre da aplicação de índices inflacionários pré-estabelecidos, como o IPCA, INPC, e o IGP;;

9.4.2. Repactuação: decorre da análise da variação dos custos da planilha de preços, aplicável em contratos contínuos com fornecimento de mão-de-obra. É o que ocorre quando há uma "convenção coletiva de trabalho" que atualiza o valor do "piso" de uma categoria profissional (exemplo: contratação de vigilância).

9.5. São admitidas prorrogações desde que, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, caso ocorra algum dos motivos previstos no art. 57, §1º da lei 8.666/93.

9.6. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação formal da contratada.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este contrato correrão por conta das dotações orçamentárias e elementos de despesa abaixo discriminados:

UNIDADE: xx.xx.xx - XXXXXX.

ATIVIDADE: xx.xxx.xxx.xxx - XXXXXXXXXX.

ELEMENTO: x.x.x.x.xx.xx - XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

FONTE: xx.

10.2. As despesas nos anos subsequentes, em caso de prorrogação, estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento a presente finalidade, a ser consignada a **Secretaria Municipal de xxx**.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CONDIÇÕES E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1. O objeto deste Contrato será dado como recebido de acordo com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, neste caso, no que couber, mediante termos de aceite.

11.2. Seguir estritamente as especificações técnicas dos itens, os quais deverão estar em conformidade com o que fora solicitado, dentro do prazo de validade dos insumos/materiais e com o registro no Ministério da Saúde dos itens ofertados, informando se isento, para aqueles que assim couber.

11.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até (xx) dias (conforme termo de referência), pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

11.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, em condições de atendimento do setor, a contar da notificação da Registrada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

11.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

11.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Registrada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

11.8. As entregas deverão acontecer em dias úteis, em horário pré-determinado, respeitando a presença do *funcionário responsável pela conferência*.

11.9. As devoluções feitas, nos casos de não adequação ou entrega parcial dos produtos às características de qualidade e quantidade previstas no edital, deverão ser repostas em até 48 (quarenta e oito) horas do horário da ocorrência. Sob pena de notificação e rescisão contratual.

11.10. A entrega e o descarregamento dos produtos são de responsabilidade da licitante vencedora.

11.11. Os bens serão entregues conforme ainda, como discriminado abaixo:

11.11.1. A forma de entrega prestigia o planejamento da Secretaria Solicitante, evitando acúmulo no almoxarifado, desgaste do objeto devido a fatores naturais como poeira e umidade;

11.11.2. Todos os produtos deverão atender rigorosamente às especificações solicitadas no Edital e seus Anexos. A entrega fora das especificações indicadas implicará na recusa por parte da Secretaria, que os colocará à disposição do fornecedor para substituição;

11.11.3. Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante as operações de transporte, carga e descarga, assinalando-se nas embalagens a procedência e demais características que os identifiquem e os qualifiquem;

11.12. Não serão aceitos produtos cujo acondicionamento apresente sinais de violação.

11.13. No local de entrega, o Coordenador de Material e Patrimônio fará o RECEBIMENTO PROVISÓRIO dos materiais, devendo verificar sua conformidade com o discriminado na Nota Fiscal e a data da entrega.

11.14. A qualidade dos produtos será contestada caso haja irregularidades.

11.15. Todas as informações necessárias para a perfeita execução destas entregas constarão da Ordem de Fornecimento a ser emitida pela Prefeitura Municipal de Macaúbas, por meio da Secretaria solicitante.

11.16. Caberá, à Prefeitura Municipal de Macaúbas, a cada entrega, certificar-se que a nota fiscal do produto entregue esteja atestada, datada, na forma e condições estabelecidas em edital, sob pena de responsabilidade funcional.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Durante a vigência deste Contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada, pelo servidor da Prefeitura Municipal de Macaúbas, o Sr.º **xxxx**, especificamente designado Gestor de Contrato, mediante a **Portaria Municipal nº xx, de xx de xxxx de xxxx**.

12.2. A fiscalização do presente Termo de Contrato será exercida pelo servidor da Prefeitura Municipal de Macaúbas, o Sr.º **xxx**, especificadamente designado Fiscal de Contrato, mediante a **Portaria Municipal nº xx, de xx de xx de xxxx**.

12.3. Caberá aos fiscais do contrato, dentre outras atribuições, determinar providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento contratual, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando as mesmas ao seu superior hierárquico.

12.4. As decisões e providências que ultrapassarem as competências dos Fiscais deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil, para a adoção das medidas que se fizerem necessárias.

12.5. A Administração, devidamente representada na forma legal, poderá rejeitar no todo ou em parte o objeto contratado, **sem ônus para a Prefeitura Municipal de Macaúbas**, se executado em desacordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, bem como em contrato e na proposta comercial.

12.6. O fiscal técnico apresentará ao preposto da **CONTRATADA** a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a *avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada*.

12.7. Em hipótese alguma, será admitido que a própria **CONTRATADA** materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação e realização do objeto contratado.

12.8. A **CONTRATADA** poderá apresentar justificativa para a execução do objeto com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, *resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador*.

12.9. A empresa **CONTRATADA** será a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, sendo a Prefeitura Municipal de Macaúbas, reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização contratual, mediante servidores designados para este fim.

12.10. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela **CONTRATADA** ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666/93.

12.11. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

12.12. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do objeto, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.13. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução do objeto deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

12.14. O representante do **CONTRATANTE** deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.15. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 13.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do Contrato para acompanhar e fiscalizar sua execução.
- 13.2. Encaminhar formalmente as demandas de fornecimentos, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.
- 13.3. Receber o objeto do contrato, prestado pela **CONTRATADA** que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.
- 13.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 13.5. Supervisionar a execução do objeto do Contrato, exigindo presteza na execução e correção das falhas eventualmente detectadas.
- 13.6. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.
- 13.7. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato.
- 13.8. Comunicar à **CONTRATADA** todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a realização do objeto do Contrato.
- 13.9. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da **CONTRATADA**.
- 13.10. Disponibilizar para a equipe técnica da **CONTRATADA** os recursos necessários para cumprimento do objeto do Contrato.
- 13.11. Registrar as ocorrências que estejam em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, solicitando a **CONTRATADA** a pronta regularização.
- 13.12. Permitir acesso dos empregados da **CONTRATADA** às suas dependências para a execução do objeto do Contrato.
- 13.13. Proceder com a avaliação dos serviços e ateste das respectivas faturas decorrentes.
- 13.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Registrada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Registrada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à **CONTRATANTE**, que deverá responder pela fiel execução do contrato.
- 14.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual.
- 14.3. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da **CONTRATANTE**, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas.
- 14.4. Tomar todas as providências necessárias à fiel entrega dos bens, objeto do Contrato.
- 14.5. Reparar quaisquer danos diretamente causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela **CONTRATANTE**.
- 14.6. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços pela **CONTRATANTE**, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária.
- 14.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 14.8. Providenciar que seus contratados portem documento de identificação quando da execução do objeto à **CONTRATANTE**.
- 14.9. Promover a execução do objeto do Contrato, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância

às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica.

14.10. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela **CONTRATANTE**, julgados necessários à boa gestão do contrato.

14.11. Cumprir com os prazos, disposições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

14.12. Repassar aos fiscais do Contrato, em tempo hábil, quaisquer justificativas de situações específicas que envolvam impedimento do cumprimento dos termos do Contrato, por razões alheias ao controle da **CONTRATADA**.

14.13. Comunicar a contratante quaisquer ocorrências que impeçam, mesmo que temporariamente, a execução do objeto do Contrato.

14.14. Apresentar a **CONTRATANTE**, sempre que exigido pela equipe de fiscalização do contrato, relatórios e outros documentos inerentes à execução do objeto do Contrato.

14.15. Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nas dependências da **CONTRATANTE**, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído, mantendo-os devidamente identificados.

14.16. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**.

14.17. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências da **CONTRATANTE**, inclusive por danos causados a terceiros.

14.18. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, quando couber, nos termos das legislações em vigor.

14.19. Abster-se de veicular publicidade acerca do contrato, salvo mediante prévia autorização da **CONTRATANTE**.

14.20. Abster-se de contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal da **CONTRATANTE** durante a vigência do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES

15.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa.

15.2. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

15.3. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Macaúbas, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a **CONTRATADA** que:

15.3.1. Apresentar documentação falsa;

15.3.2. Fraudar a execução do contrato;

15.3.3. Comportar-se de modo inidôneo;

15.3.4. Cometer fraude fiscal; ou

15.3.5. Fizer declaração falsa.

15.4. Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de **retardamento**, de **falha na execução** do contrato ou de **inexecução parcial** ou de **inexecução total** do objeto, garantida a ampla defesa, a **CONTRATADA** poderá ser *apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens “10.4” a “10.12”, e nas tabelas 1 e 2 abaixo, com as seguintes penalidades:*

15.4.1. **Advertência;**

15.4.2. **Suspensão** temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Macaúbas, por prazo não superior a dois anos;

15.4.3. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

15.4.4. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Macaúbas, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos;

15.4.5. Configurar-se-á a **inexecução total**, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 30 (trinta) dias contados da data estipulada para início da execução contratual;

15.4.6. No caso de **inexecução total** do objeto a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato;

15.4.7. Configurar-se-á o **retardamento da execução**, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA, sem causa justificada, deixar de iniciar, a qualquer tempo, a execução do contrato ou atrasar a entrega do objeto definido no contrato;

15.4.8. No caso de cometimento das infrações elencadas no item acima, a CONTRATADA poderá ser sancionada com multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, até o limite de 20% (vinte por cento);

15.4.9. Configurar-se-á a **inexecução parcial** do objeto, entre outras hipóteses, quando decorridos 20 (vinte) dias do término do prazo estabelecido para a execução do contrato, houver fornecimento do objeto pela CONTRATADA, mas não em sua totalidade;

15.4.10. No caso de inexecução parcial do objeto a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

15.4.11. O contrato será rescindido unilateralmente pela Administração, nos casos de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, sem prejuízo da aplicação das sanções nele previstas e em legislação específica;

15.4.12. A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em qualquer das situações previstas na tabela 2 do item 10.11 a seguir:

15.4.12.1. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA % do valor total do Contrato
1	1%
2	2%
3	3%

Tabela 2

Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços/fornecimentos.	1	Por empregado e por dia
2	Fornecer informação falsa de serviço/fornecimento ou substituição de material licitado por outro de qualidade inferior	2	Por ocorrência
4	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
5	Recusar-se a executar serviço/fornecimento determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado;	3	Por ocorrência
6	Permitir, por dolo ou culpa, situação que crie ou aumente os riscos de ocorrência de danos físicos, lesões corporais ou consequências letais.	3	Por ocorrência

PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
7	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2	Por empregado e por dia
8	Manter a documentação de habilitação atualizada.	2	Por item e por ocorrência
9	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus empregados.	1	Por ocorrência
10	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
11	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
12	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida na Cláusula Décima – DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL.	2	Por ocorrência e por dia de atraso
13	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia de atraso
14	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	2	Por empregado e por ocorrência
15	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência

15.4.12.2. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;

15.4.12.3. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

15.4.12.4. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, aquela será encaminhada para inscrição em dívida ativa.

15.5. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

16.1. O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no artigo 78 e 79 da Lei Federal 8.666/93, com as consequências indicadas no artigo 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e no contrato.

16.2. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, no todo ou em parte, por conveniência administrativa, mediante notificação, através de ofício diretamente ou via postal com prova de recebimento, através de parecer fundamentado, assegurado, todavia os direitos adquiridos pela **CONTRATADA**.

16.2.1. O inadimplemento de quaisquer das cláusulas e disposições deste instrumento, implicará na sua rescisão ou na suspensão do pagamento relativo às entregas já efetuados, a critério da **CONTRATANTE**, independentemente de qualquer procedimento judicial;

16.2.2. A **CONTRATANTE** poderá valer-se das disposições constantes no Termo de Referência para rescindir o Contrato, se a **CONTRATADA** contrair obrigações para com terceiros que possa de alguma forma, prejudicar a execução do objeto ora contratado, bem como se:

16.2.2.1. Retardar injustificadamente o início da entrega dos materiais, por mais de 07 (sete) dias úteis;

16.2.2.2. Interromper a entrega dos materiais, sem justo motivo;

16.2.2.3. Ocasionar atraso ou embaraço na entrega do objeto do presente instrumento.

16.3. Desatendimento das determinações regulares do preposto do CONTRATANTE designado para acompanhar e fiscalizar a sua prestação, assim como as de seus superiores.

16.4. Cometimento reiterado de faltas na sua prestação, anotadas em registro próprio, desde que atingido o limite estabelecido no contrato para a soma dos valores das multas aplicadas.

16.5. Decretação da falência da sociedade, a dissolução da sociedade, a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que a juízo do CONTRATANTE, prejudique a prestação do serviço.

16.6. A rescisão acarretará como consequência imediata a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Não será admitida a subcontratação do objeto, no total ou em parte.

17.2. As atividades de rotina não poderão ser realizadas através de subcontratação, vedada como regra geral para todo o contrato. Casos excepcionalíssimos devidamente justificados e comprovados poderão ser analisados pela Contratante e, somente diante de caso fortuito, força maior, ou de limitações temporárias, se verificará análise de possibilidade de anuência expressa de subcontratação de parcelas do contrato, desde que mantidas as mesmas condições e preços inicialmente pactuados, não eximindo a integral responsabilidade da Contratada.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA** com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato, no Diário Oficial do Município, nos termos do § Único, do art. 61 da Lei 8.666/93.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO CASOS OMISSOS

20.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, na Lei Complementar nº 123, de 2006, e na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Macaúbas, BA para dirimir as questões decorrentes deste Contrato, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Rege-se este instrumento pelas normas e diretrizes estabelecidas na Lei Federal 8.666/1993, e alterações, e outros preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de direito privado.

22.2. Dúvidas acerca das disposições contidas neste Contrato poderão ser esclarecidas no Setor de Licitação, localizado no prédio da Prefeitura Municipal de Macaúbas, Rua Dr.º Vital Soares, nº 268, 1º andar, Centro, além do intermédio pelo correio eletrônico, e-mail: licitacao@macaubas.ba.gov.br ou pelo telefone (77) 9 8105-8098, de segunda-feira à sexta-feira, das 08h00 às 12h00.

E, por estarem justas e combinadas, as partes firmam, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, o presente Contrato.

Macaúbas - Bahia, xx de xxxxx de 2022.

NOME DO ORDENADOR DE DESPESA

Secretária Municipal de xxxxx

Decreto Municipal nº xx/xxxx

Contratante

NOME DA EMPRESA

Contratada

ANEXO VI

(MODELO)

Papel Timbrado da empresa

PROCURAÇÃO

Pregão nº **XXX/2022**

Pelo presente instrumento particular de procuração e pela melhor forma de direito a empresa (Nome da Empresa.....), com sede à Rua.....(endereço completo), devidamente inscrita no CNPJ sob o nº, representada, neste ato por seu sócio gerente, Sr....., brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado nesta cidade, nomeia e constitui seu representante, o Sr....., brasileiro, (estado civil), ...(profissão...), portador da cédula de identidade nº e do CPF nº, a quem são conferidos poderes para representar a empresa outorgante no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2022**, instaurado pela Prefeitura Municipal de Macaúbas, em especial para firmar declarações e atas, apresentar ou desistir da apresentação de lances verbais, negociar os valores propostos, interpor ou desistir da interposição de recursos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame acima indicado.

Local e data

Assinatura do responsável pela outorga



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS - BA

SEGUNDA-FEIRA
04 DE JANEIRO DE 2021
ANO I – EDIÇÃO Nº 01

Edição eletrônica disponível no site www.pmmacaubas.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS

Praça Imaculada Conceição, n° 1251, Centro,
CEP: 46500-000, Macaúbas/BA

DECRETO MUNICIPAL Nº 07/2021

“Nomeia para o cargo de Secretário de Meio Ambiente do Município de Macaúbas, o Sr. Uirlei de Oliveira Borges”.


O PREFEITO MUNICIPAL DE MACAÚBAS, ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado para o Cargo de Secretário Municipal de Meio Ambiente, o Sr. Uirlei de Oliveira Borges, na forma do que prescreve o Art. 37, Inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de 01 de janeiro de 2021, independente do momento de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Macaúbas/BA, 04 de janeiro de 2021


ALOÍSIO MIGUEL REBONATO
Prefeito Municipal